



MANAUS
ATENDE
SEMEF

SIMULADO ESPECIAL

ISS MANAUS

Auditor Fiscal De Tributos Municipais
AFTM – Nível I - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **ISS Manaus**, cargo de **Auditor Fiscal de Tributos Municipais**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/arK1bgbeD4EAkvGR9>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE	101 - ABCDE	121 - ABCDE	141 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE	102 - ABCDE	122 - ABCDE	142 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE	103 - ABCDE	123 - ABCDE	143 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE	104 - ABCDE	124 - ABCDE	144 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE	105 - ABCDE	125 - ABCDE	145 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE	106 - ABCDE	126 - ABCDE	146 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE	107 - ABCDE	127 - ABCDE	147 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE	108 - ABCDE	128 - ABCDE	148 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE	109 - ABCDE	129 - ABCDE	149 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE	110 - ABCDE	130 - ABCDE	150 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE	111 - ABCDE	131 - ABCDE	151 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE	112 - ABCDE	132 - ABCDE	152 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE	113 - ABCDE	133 - ABCDE	153 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE	114 - ABCDE	134 - ABCDE	154 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE	115 - ABCDE	135 - ABCDE	155 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE	116 - ABCDE	136 - ABCDE	156 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE	117 - ABCDE	137 - ABCDE	157 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE	118 - ABCDE	138 - ABCDE	158 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE	119 - ABCDE	139 - ABCDE	159 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE	120 - ABCDE	140 - ABCDE	160 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4x4rSGD>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas*

Atenção: As questões de números 1 a 5 referem-se ao texto abaixo.

Inteligência artificial e pensamento crítico

Um novo estudo publicado na Societies examina como a crescente dependência de ferramentas de inteligência artificial, ou IA, pode minar as habilidades de pensamento crítico, particularmente por meio do fenômeno de descarregamento cognitivo. Esta pesquisa levanta implicações significativas para profissionais que dependem de IA em campos de alto risco, como direito e ciência forense, onde a dependência excessiva de tecnologia pode levar a erros com consequências sérias.

O estudo entrevistou 666 participantes em vários grupos demográficos para avaliar o impacto das ferramentas de IA nas habilidades de pensamento crítico. Usuários frequentes de IA eram mais propensos a descarregar tarefas mentais, confiando na tecnologia em vez de se envolver em pensamento crítico independente e, com o tempo, demonstraram capacidade reduzida de avaliar informações criticamente ou desenvolver conclusões diferenciadas. Participantes mais jovens exibiram maior dependência de ferramentas de IA em comparação com grupos mais velhos, levantando preocupações sobre as implicações de longo prazo para a experiência e o julgamento profissionais.

Os pesquisadores alertaram que, embora a IA possa agilizar os fluxos de trabalho e aumentar a produtividade, a dependência excessiva corre o risco de criar “lacunas de conhecimento”, em que os usuários perdem a capacidade de verificar ou contestar os resultados gerados por essas ferramentas. Quando os profissionais confiam cegamente nos resultados da IA sem verificar sua precisão, eles correm o risco de introduzir erros que podem minar casos, manchar reputações e corroer a confiança depositada em sua experiência.

Embora a IA possa auxiliar na análise de dados ou na preparação de casos, há uma preocupação crescente de

que especialistas e advogados possam confiar demais nessas ferramentas sem verificar suficientemente sua precisão. Ferramentas de IA podem gerar resultados plausíveis, mas incorretos, como visto em casos em que evidências fabricadas ou cálculos imprecisos foram introduzidos em processos judiciais. Com o tempo, o hábito de terceirizar tarefas complexas para a IA pode corroer as habilidades necessárias para avaliar criticamente ou desafiar evidências, e a confiança cega tira a responsabilidade dos indivíduos, criando um precedente perigoso em que erros são ignorados ou descartados.

Uma conclusão importante é que a IA deve ser tratada como uma ferramenta para aprimorar as capacidades humanas, não substituí-las. A especialização humana deve permanecer como a pedra angular da tomada de decisões, e os resultados da IA devem sempre ser verificados e contextualizados por profissionais treinados, que precisam se envolver criticamente com os dados gerados, questionando sua validade e considerando interpretações alternativas.

Seja em tarefas diárias ou em campos de alto risco, como direito e perícia, o elemento humano continua sendo essencial para garantir precisão, responsabilidade e integridade ética. Sem supervisão adequada e envolvimento crítico, corremos o risco de comprometer os próprios padrões de especialização e confiança que os profissionais devem manter.

(Adaptado de: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2025/01/estudo-aponta-que-a-ia-esta-reduzindo-a-capacidade-cognitiva-das-pessoas/>)

1. Depreende-se da leitura do texto que

- a) o descarregamento cognitivo decorre da baixa qualidade dos resultados fornecidos pelas ferramentas de IA, quase sempre imprecisos.
- b) a redução da capacidade crítica não resulta do uso da IA em si, mas do hábito de delegar a ela tarefas mentais que exigem análises críticas.
- c) os profissionais do direito e da perícia se mostram isentos do descarregamento cognitivo, uma vez que atuam em campos de alto risco.
- d) a supervisão humana pode ser dispensada ou, pelo menos, reduzida, sempre que os resultados da IA se apresentarem plausíveis e internamente coerentes.
- e) a pesquisa recomenda a substituição gradual do julgamento profissional por sistemas capazes de verificar a própria precisão, mas não é possível ainda dispensar a revisão crítica por humanos treinados

2. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) Deve-se aos hábitos de terceirização das tarefas complexas as lacunas de conhecimento que o estudo identifica.
- b) Cabe aos profissionais treinados verificar e contextualizar os resultados gerados pelas ferramentas de IA.
- c) Não faltam, entre os riscos apontados pelos pesquisadores, a possibilidade de que erros graves passem despercebidos.
- d) Existem, segundo o estudo, uma relação direta entre a idade dos usuários e a dependência das ferramentas digitais.
- e) Aos mais jovens, que exibiram maior dependência, atribuem-se um risco maior de perda das habilidades críticas

3. Transpondo-se para a voz passiva a frase ***Ferramentas de IA podem gerar resultados plausíveis, mas incorretos*** (4º parágrafo), a forma verbal resultante será

- a) podem ser gerados.
- b) pode ser gerado.
- c) podem ser geradas.
- d) poderiam ser gerados.
- e) puderam ser gerados

4. É adequado o emprego de ambos os elementos sublinhados no comentário a respeito do texto:

- a) O fenômeno de que o estudo se refere, e a cujos efeitos nenhum profissional é imune, atinge sobretudo os mais jovens.
- b) A tecnologia de que hoje dispomos exige uma vigilância a qual poucos profissionais se dedicam.
- c) Os erros com que os peritos se deparam e cujas origem raramente investigam podem comprometer processos inteiros.
- d) Trata-se de um risco no qual os profissionais se expõem e do qual poucos se dão conta.
- e) São lacunas de conhecimento onde os usuários já não conseguem contestar os resultados de que a IA lhes apresenta

5. No trecho ***embora a IA possa agilizar os fluxos de trabalho e aumentar a produtividade, a dependência excessiva corre o risco de criar “lacunas de conhecimento”*** (3º parágrafo), o elemento sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo do sentido e da correção, por

- a) conquanto.
- b) porquanto.
- c) portanto.
- d) contanto que.
- e) à medida que

A filosofia é inútil?

Como seria tratado hoje um governante com pendores à reflexão? Ele leria A República, de Platão, não como uma utopia, mas como uma referência a ser seguida por um líder? E o imperador Marco Aurélio, seria visto como um idealista com ideias admiráveis, mas sem sustentação em uma sociedade tão pragmática como a nossa? Indagações que encontram ressonância em um tempo contaminado pelo utilitarismo. O modelo de pessoa bem-sucedida pertence aos desbravadores de novidades. Cada dia precisa estar impregnado pelos avanços da ciência e da tecnologia. A espiritualidade passou a ser uma nota de rodapé em um universo fascinado pelas opiniões, relegando o mistério à categoria de mera curiosidade. Vivemos, portanto, em uma época de dissolução de valores e da tradição? Não necessariamente. A estagnação pouco eleva o ser humano; exige-se movimento, pois somos regidos pela permanência.

Se você adere, sem questionar, ao princípio contemporâneo que entroniza a rapidez como um deus a ser idolatrado, provavelmente responderá: a filosofia é inútil. Mas se ainda se abastecer da dúvida e estiver consciente dos limites da razão, acenará de forma negativa. Camus, Montaigne, Santo Agostinho, Sócrates e tantos outros pensadores continuarão sendo as antenas da raça, como profetizou Ezra Pound. E se, como eu, transformar em ação os preceitos do estoicismo, estará fadado a um eterno trabalho para refinar a própria alma. Olhar para si como uma argila a ser moldada por mãos mais competentes do que as nossas é um exercício de admirável humildade. Um homem que nascesse daqui a cem anos olharia com estranheza para alguns códigos comportamentais. Mas não para ensinamentos definidos como verdades, repousando sobre a rocha.

De nada adianta você se municiar de múltiplos conceitos e permanecer encerrado em um reduto meramente intelectual. Boas intenções ou acúmulo de conteúdo livresco não alteram a ordem do mundo. Conheci pessoas encharcadas de teorias e vasto conteúdo cultural totalmente inaptas para a ação. O perigo é abstrair a realidade em detrimento de uma educação que se fixa unicamente no campo mental. Na maioria dos casos serve apenas para polir a vaidade, tão nefasta quanto aquela que se refere à estética, pura e simples. De minha parte, aprendi o sábio conselho dado pelo escritor

francês André Gide: “Crê nos que buscam a verdade, desconfia dos que a encontram”. A formação também se nutre das bibliotecas, mas fenecerá se não for alimentada pela perpétua indagação.

Tudo pode ser um contínuo abraço em busca da mais irresponsável das perguntas: qual é o sentido da existência? É possível acessar o ChatGPT e ler o Manual de Epicteto com o mesmo interesse. A vida e suas múltiplas demandas não são excludentes, elas convergem. As certezas se calam quando saímos da prisão do eu e nos defrontamos com vozes diversas. Sêneca e Mark Zuckerberg, afinal, poderiam tomar uma taça de vinho juntos.

(Adaptado de: Gilmar Marcílio)

6. A tese defendida pelo autor pode ser assim resumida:

- a) a filosofia clássica só se justifica quando convertida em conhecimento útil ao desempenho profissional.
- b) o saber teórico é condição suficiente para a formação humana, desde que amparado por vasta leitura.
- c) a formação verdadeira supõe a conversão do saber em ação e a permanência da dúvida, e não o mero acúmulo de conteúdo.
- d) a velocidade contemporânea tornou obsoletas as tradições filosóficas, que sobrevivem apenas como curiosidade.
- e) o convívio entre os pensadores antigos e os ícones da tecnologia é inviável, dada a incompatibilidade de seus valores

7. Ao adotar o conselho de André Gide — *Crê nos que buscam a verdade, desconfia dos que a encontram* —, o autor

- a) recusa toda forma de convicção, por julgar impossível qualquer conhecimento seguro.
- b) valoriza a permanência da busca e vê com reserva certezas que se dão por conclusivas.
- c) contraria o estoicismo que professa, cujos preceitos supõem verdades assentadas.
- d) condena a leitura dos clássicos, incapazes de responder às demandas do presente.
- e) defende que a verdade só se alcança fora do campo intelectual, na ação prática

8. Em *Olhar para si como uma argila a ser moldada por mãos mais competentes do que as nossas é um exercício de admirável humildade* (2º parágrafo), o segmento sublinhado exerce a função sintática de

- a) sujeito.
- b) objeto direto.
- c) predicativo do sujeito.
- d) complemento nominal.
- e) aposto

9. O uso adequado do sinal indicativo de crase encontra-se em:

- a) O autor não adere à propostas que reduzem a filosofia a mero passatempo.
- b) Quem se entrega à pressa contemporânea tende a considerar inútil a reflexão filosófica.
- c) O texto faz referência à Platão e a Marco Aurélio como modelos de governante reflexivo.
- d) A formação, segundo o autor, está condenada à fenecer sem a perpétua indagação.
- e) Daqui à cem anos, um homem estranharia certos códigos comportamentais

10. Está empregada em sentido figurado a expressão sublinhada em:

- a) Camus, Montaigne, Santo Agostinho, Sócrates e tantos outros pensadores continuarão sendo as antenas da raça.
- b) De minha parte, aprendi o sábio conselho dado pelo escritor francês André Gide.
- c) Um homem que nascesse daqui a cem anos olharia com estranheza para alguns códigos comportamentais.
- d) É possível acessar o ChatGPT e ler o Manual de Epicteto com o mesmo interesse.
- e) Ele leria A República, de Platão, não como uma utopia, mas como uma referência a ser seguida por um líder

INGLÊS INSTRUMENTAL**Adolfo Sá**

Top economists urge Burnham* to sign UK up to UN initiative on global inequality

Forty prominent progressive academics are urging Andy Burnham's government to join a new global push to tackle inequality.

The experts include Nobel winner [Joseph Stiglitz](#), University College London professor Mariana Mazzucato, vice-chancellor of the London School of Economics Larry Kramer, and Kate Pickett, co-author of [The Spirit Level](#).

In an open letter, they call on Burnham to sign the UK up to help create a new International Panel on [Inequality](#) (IPI), which is being developed at the UN.

"The organising principle of the prime minister's policy agenda – the Makerfield test – aims to ensure that places forgotten by Westminster finally receive fairness after decades of neglect," they say in the letter.

"While these efforts are commendable, inequality is also a global issue, becoming more entrenched as the geopolitical climate destabilises."

They say the IPI will provide "an independent, trusted global evidence base on the causes and consequences of inequality, alongside analysis of the policies that can reduce it".

By backing it, they argue, Burnham could "cement the organising principles of his politics globally".

Charities, thinktanks and backbench MPs have been urging the new prime minister to seize on the UK's turn to chair the G20 next year to reclaim Labour's leadership on global development.

The G20 is an economic policy forum that brings together leaders from global south countries such as China, India and Brazil, as well as the traditional G7 powers.

"With the UK set to chair the G20 in 2027, Burnham now has a chance to demonstrate his leadership on the world stage," the letter says.

<https://www.theguardian.com/inequality/2026/aug/18/economists-andy-burnham-uk-un-initiative-global-international-panel-inequality>

*UK's prime minister

11. According to the text, the main purpose of the open letter is to:

- a) criticize Burnham for failing to reduce inequality in the UK.
- b) urge Burnham's government to join a new global initiative to tackle inequality.
- c) announce that the UK will chair the G20 in 2027.
- d) replace the UN with a new International Panel on Inequality.
- e) praise the UK for already signing up to the UN initiative.

12. In the passage, the word "entrenched" (in "inequality is also a global issue, becoming more entrenched") most nearly means:

- a) superficial and easily reversed.
- b) deeply established and difficult to change.
- c) completely solved by global cooperation.
- d) limited to a single country.
- e) temporary and short-lived.

13. In the sentence "By backing it, they argue, Burnham could 'cement the organising principles of his politics globally'" (7th paragraph), the pronoun "it" refers to:

- a) the G20.
- b) the open letter.
- c) the International Panel on Inequality (IPI).
- d) the Makerfield test.
- e) the UK government.

14. In “While these efforts are commendable, inequality is also a global issue”, the word “While” expresses:

- a) a contrast between the efforts and the global nature of inequality.
- b) a cause-and-effect relationship.
- c) a condition that must be met.
- d) a sequence of events in time.
- e) an addition of similar information.

15. The text suggests that the UK chairing the G20 in 2027 is significant mainly because:

- a) it will give Burnham a chance to demonstrate global leadership.
- b) it will automatically end global inequality.
- c) it will replace the UN as the main global forum.
- d) it is the first time any country has chaired the G20.
- e) it will exclude global south countries from the forum.

d) Dario.

e) Célia.

17. Considere as três afirmações a seguir, a respeito de determinado contribuinte, das quais apenas uma é verdadeira.

I. A declaração de serviços foi entregue e a fiscalização não foi realizada.

II. Se a fiscalização foi realizada, então a multa foi aplicada.

III. A multa foi aplicada ou a declaração de serviços não foi entregue.

Nessas condições, é necessariamente verdade que

a) a declaração de serviços foi entregue e a multa foi aplicada.

b) a fiscalização foi realizada e a multa foi aplicada.

c) a declaração de serviços não foi entregue e a fiscalização foi realizada.

d) a fiscalização não foi realizada e a multa foi aplicada.

e) a declaração de serviços foi entregue e a fiscalização foi realizada.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

16. Na Secretaria Municipal de Fazenda, cinco auditores fiscais revezam-se no plantão de atendimento ao contribuinte, sempre na ordem Alice, Bruno, Célia, Dario e Elisa, cabendo o plantão a um único auditor em cada dia de funcionamento da repartição. A repartição funciona de segunda-feira a sábado, não abre aos domingos e não interrompe o rodízio em feriados. No dia 2 de março de 2026, uma segunda-feira, o plantão coube a Alice.

Nessas condições, o auditor a quem caberá o plantão do dia 6 de julho de 2026 é

- a) Bruno.
- b) Elisa.
- c) Alice.

18. Quatro auditores fiscais, Alice, Danilo, Márcia e Otávio, fiscalizaram, cada um, um único estabelecimento. Os quatro estabelecimentos pertencem a ramos diferentes, a saber, clínica, escola, hotel e transportadora, e localizam-se em bairros distintos, a saber, Adrianópolis, Cidade Nova, Ponta Negra e Vieir Alves. Sabe-se que

- I. O estabelecimento localizado em Ponta Negra foi fiscalizado por Otávio;
- II. Danilo fiscalizou o estabelecimento localizado em Vieir Alves;
- III. A escola fica em Adrianópolis e não foi fiscalizada por Márcia;
- IV. O hotel não fica em Cidade Nova nem em Vieir Alves;
- V. A clínica não fica em Cidade Nova.

Com base nessas informações, é correto afirmar que

- a) Alice fiscalizou a transportadora, localizada em Adrianópolis.
- b) Danilo fiscalizou a clínica, localizada em Vieir Alves.
- c) Márcia fiscalizou a clínica, localizada em Cidade Nova.
- d) Otávio fiscalizou a escola, localizada em Ponta Negra.
- e) Márcia fiscalizou o hotel, localizado em Cidade Nova.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

19. Um contribuinte aplicou determinado capital, em regime de juros simples, durante 9 meses, a uma taxa de 16% ao ano, obtendo R\$ 6.000,00 de juros. Findo esse prazo, resgatou todo o montante e o aplicou integralmente, ainda em regime de juros simples, durante 1 ano e 3 meses, a uma taxa de 12% ao ano.

Nessas condições, o montante obtido ao final da segunda aplicação é igual a

- a) R\$ 64.736,00
- b) R\$ 62.720,00
- c) R\$ 64.400,00
- d) R\$ 58.400,00
- e) R\$ 63.500,00

20. Uma dívida será liquidada por meio de 40 prestações mensais e consecutivas, calculadas pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), a uma taxa de juros de 2,5% ao mês, vencendo a primeira prestação 1 mês após a contratação. Sabe-se que o valor da 6ª prestação é igual a R\$ 7.500,00 e que o valor da 16ª prestação é igual a R\$ 6.500,00.

Nessas condições, o saldo devedor imediatamente após o pagamento da 24ª prestação é igual a

- a) R\$ 96.000,00
- b) R\$ 68.000,00
- c) R\$ 80.000,00
- d) R\$ 64.000,00
- e) R\$ 60.000,00

ESTATÍSTICA*Carlos Henrique*

- 21.** Em determinada unidade da administração tributária municipal, foi realizado um levantamento do número de processos fiscais analisados por auditor em certo período. Os resultados foram organizados na tabela:

Número de processos	Frequência
10 a 19	4
20 a 29	7
30 a 39	10
40 a 49	6
50 a 59	3

Para fins de cálculo, considere o ponto médio de cada classe como representativo dos valores nela contidos. A partir dos dados apresentados, a média e um intervalo que contém o desvio-padrão populacional, respectivamente, são:

- a) 32,5 e entre 12 e 14.
- b) 33,5 e entre 14 e 16.
- c) 34,0 e entre 15 e 17.
- d) 33,5 e entre 16 e 18.
- e) 34,5 e entre 17 e 19.

- 22.** Para uma operação de fiscalização, uma equipe deverá selecionar 5 auditores distintos dentre 8 auditores, para ocupar cinco funções diferentes: coordenação, análise documental, análise contábil, diligência externa e elaboração do relatório final.

Um mesmo auditor não pode ocupar mais de uma função.

O número de maneiras distintas de realizar essa designação é

- a) 336.
- b) 560.
- c) 1.120.

- d) 4.680.
- e) 6.720.

- 23.** Em determinado procedimento de fiscalização, a probabilidade de que uma empresa selecionada aleatoriamente apresente uma irregularidade relevante é de 20%. As seleções são independentes e essa probabilidade permanece constante.

Uma equipe seleciona aleatoriamente 10 empresas.

Sabendo que pelo menos uma das empresas selecionadas apresentou irregularidade, a probabilidade de que exatamente duas delas tenham apresentado irregularidade é, aproximadamente,

- a) 0,270.
- b) 0,302.
- c) 0,338.
- d) 0,362.
- e) 0,398.

- 24.** Uma amostra aleatória de 16 contribuintes apresentou média amostral de 52,4, em determinado indicador tributário, com desvio-padrão amostral de 6,4.

Suponha que a variável de interesse tenha distribuição normal. Para uma distribuição t de Student com 15 graus de liberdade, considere que o valor crítico bilateral correspondente ao nível de confiança de 95% seja igual a 2,131.

Com base nessas informações, o intervalo de confiança de 95% para a média populacional é, aproximadamente,

- a) [48,99; 55,81].
- b) [49,20; 55,60].
- c) [49,60; 55,20].
- d) [50,27; 54,53].
- e) [48,40; 56,40].

25. Em um estudo sobre a arrecadação tributária mensal de determinados estabelecimentos, foi ajustado um modelo de regressão linear simples, em que:

- X representa o número médio de empregados do estabelecimento;
- Y representa a arrecadação tributária mensal, em milhares de reais.

Para uma amostra de 10 estabelecimentos, foram obtidos os seguintes resultados:

$$\bar{X} = 20; \bar{Y} = 35$$

$$S_{XX} = \sum_{i=1}^{10} (X_i - \bar{X})^2 = 200; S_{YY} = \sum_{i=1}^{10} (Y_i - \bar{Y})^2 = 320$$

$$S_{XY} = \sum_{i=1}^{10} (X_i - \bar{X})(Y_i - \bar{Y}) = 150$$

Considerando o modelo de regressão linear simples com intercepto, assinale a alternativa correta.

- a) A reta estimada é $\hat{Y} = 0,75X + 20$, e o coeficiente de determinação é aproximadamente 35%.
- b) A reta estimada é $\hat{Y} = 0,75X + 20$, e o coeficiente de determinação é aproximadamente 47%.
- c) A reta estimada é $\hat{Y} = 1,33X + 8,33$, e o coeficiente de determinação é aproximadamente 35%.
- d) A reta estimada é $\hat{Y} = 0,75X + 35$, e o coeficiente de determinação é aproximadamente 61%.
- e) A reta estimada é $\hat{Y} = 1,33X + 8,33$, e o coeficiente de determinação é aproximadamente 61%.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

26. O governador do Estado Delta decidiu instituir uma autarquia estadual para executar determinado serviço público de natureza técnica e especializada.

Paralelamente, promoveu uma reorganização interna na Secretaria Estadual de Saúde, criando novas diretorias e departamentos, todos integrados à mesma estrutura administrativa estadual, com o objetivo de tornar a atuação administrativa mais eficiente.

No que se refere à organização da Administração Pública, assinale a opção **correta**.

- a) A criação da autarquia configura desconcentração administrativa, pois representa mera distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica estatal.
- b) A reorganização interna da Secretaria de Saúde caracteriza descentralização administrativa, uma vez que transfere a execução de atividades para unidades distintas.
- c) A criação da autarquia representa hipótese de descentralização administrativa por outorga, enquanto a criação de diretorias e departamentos internos caracteriza desconcentração administrativa.
- d) Tanto a criação da autarquia quanto a criação das diretorias internas configuram centralização administrativa, pois ambas decorrem de decisão do chefe do Poder Executivo estadual.
- e) As autarquias integram a Administração Pública Direta, por desempenharem atividades típicas do Estado e estarem sujeitas a regime jurídico de direito público

27. Após a edição de uma lei federal destinada a disciplinar determinado serviço público, o Presidente da República expediu decreto com a finalidade de detalhar a forma de sua execução e de viabilizar a aplicação uniforme das disposições legais no âmbito da Administração.

Paralelamente, o dirigente máximo de uma agência reguladora editou ato normativo técnico voltado à organização de procedimentos setoriais submetidos à sua esfera de atuação.

Em reunião promovida pela consultoria jurídica do ministério responsável, surgiram divergências interpretativas: um grupo sustentou que toda atividade normativa administrativa seria manifestação idêntica do poder regulamentar; outro afirmou que atos normativos internos voltados à ordenação dos órgãos subordinados não se confundem com regulamentos; um terceiro, por sua vez, defendeu que o regulamento equivaleria à delegação legislativa, já que ambos permitiriam ao Executivo inovar na ordem jurídica.

Considerando essa situação hipotética, assinale a alternativa **correta**.

- a) Toda manifestação normativa expedida pela Administração Pública, independentemente da autoridade que a pratique e da finalidade a que se destine, constitui exercício uniforme e indistinto do poder regulamentar.
- b) O poder regulamentar autoriza o Chefe do Executivo a substituir a lei e a criar, com liberdade ampla, direitos, deveres, limitações e proibições autônomas, ainda que ausente previsão legal anterior disciplinando a matéria.
- c) Os atos normativos de efeitos internos, expedidos para ordenar a atuação dos órgãos subordinados, possuem a mesma natureza jurídica dos regulamentos presidenciais e, por isso, obrigam indistintamente administrados em geral e agentes internos.
- d) O poder regulamentar é instituto que se identifica integralmente com a lei delegada, pois, em ambos os casos, o Poder Legislativo transfere ao Executivo

a competência para produzir normas gerais inovadoras.

- e) O decreto editado pelo Chefe do Executivo para dar fiel execução à lei traduz exercício do poder regulamentar, não se confundindo com atos normativos internos decorrentes da hierarquia nem com delegação legislativa

28. No Município Alfa, João, servidor público, elaborou um parecer técnico conclusivo em processo administrativo, que foi aprovado internamente sem necessidade de manifestação de outro órgão.

Em outro caso, Maria teve sua aposentadoria concedida pelo órgão de origem, sendo posteriormente submetida à apreciação do Tribunal de Contas para registro.

Já Carlos foi nomeado para determinado cargo por autoridade competente, sendo exigida, para produção de efeitos, a aprovação posterior por outro órgão, que não participa da formação inicial da vontade administrativa.

No que se refere à classificação dos atos administrativos quanto à formação da vontade (ato simples, complexo e composto), considerando as situações apresentadas, assinale a alternativa **correta**.

- a) O parecer elaborado por João configura ato complexo, pois envolve manifestação técnica e decisão administrativa;
- b) A aposentadoria de Maria configura ato simples, pois decorre da vontade inicial do órgão de origem;
- c) A nomeação de Carlos configura ato complexo, pois depende da manifestação de dois órgãos distintos para produzir efeitos;
- d) O parecer elaborado por João configura ato simples, pois resulta da manifestação de vontade de um único órgão, independentemente do número de agentes envolvidos;
- e) A aposentadoria de Maria configura ato composto, pois há manifestação posterior de outro órgão que apenas confirma a decisão inicial

29. Acerca do controle legislativo da Administração Pública, especialmente em sua dimensão política e nos mecanismos de fiscalização previstos na Constituição, assinale a alternativa **correta**.

- a) O pedido de informação pode ser encaminhado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a Ministros de Estado, titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República e dirigentes máximos de entidades da Administração Indireta, e a recusa, o não atendimento no prazo constitucional ou a prestação de informações falsas ensejam crime de responsabilidade.
- b) As comissões parlamentares de inquérito podem ser criadas por deliberação da maioria simples da Casa Legislativa, por prazo indeterminado e para apuração genérica de fatos administrativos, possuindo, entre seus poderes, a decretação de interceptação telefônica, prisão cautelar e busca e apreensão domiciliar de documentos.
- c) O controle legislativo possui natureza exclusivamente financeira, limitando-se ao exame das contas públicas e à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, sem alcançar mecanismos de controle político sobre atos administrativos ou autoridades do Poder Executivo.
- d) A convocação de autoridades pelo Poder Legislativo prescinde de comparecimento pessoal, podendo a autoridade convocada indicar representante para prestar esclarecimentos em seu lugar, desde que o tema tenha sido previamente delimitado pela comissão parlamentar competente.
- e) O poder de sustação do Congresso Nacional tem natureza revogatória e pode incidir sobre qualquer ato administrativo do Poder Executivo reputado inconveniente ou inoportuno, independentemente de o excesso decorrer do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa

30. Durante atendimento de emergência, uma ambulância pertencente ao Estado foi conduzida pelo servidor público efetivo Paulo, que se deslocou para prestar socorro a uma vítima. Durante o trajeto, ao atravessar um cruzamento, Paulo avançou o sinal vermelho e colidiu com o veículo de Carla, que seguiu regularmente pela via. Em razão do acidente, Carla sofreu lesões leves e teve seu automóvel danificado.

Após a apuração administrativa dos fatos, o Estado reconheceu sua responsabilidade e indenizou Carla integralmente pelos danos materiais e pessoais sofridos. Posteriormente, contudo, a Procuradoria do Estado entendeu que Paulo agiu com imprudência ao conduzir a ambulância e ajuizou ação regressiva contra o servidor, buscando o ressarcimento dos valores pagos à vítima.

No que se refere à responsabilidade civil do Estado, especialmente ao direito de regresso, assinale a opção **correta**.

- a) Carla deveria ter demandado diretamente o servidor Paulo, pois quem causou o dano deve responder sempre de forma pessoal, não havendo responsabilidade do Estado em casos de acidente de trânsito com viatura oficial.
- b) O Estado poderia ter proposto a ação regressiva a partir do trânsito em julgado de eventual condenação, ainda que não tivesse efetuado pagamento, pois a obrigação judicial já representaria prejuízo certo.
- c) Na ação regressiva, a responsabilidade do agente é objetiva, de modo que o Estado precisa demonstrar apenas o nexo causal entre a conduta do servidor e o dano, sendo prescindível provar dolo ou culpa.
- d) O direito de regresso pressupõe que o Estado tenha indenizado o particular e exige demonstração, em juízo, de dolo ou culpa do agente, porque a responsabilização do agente perante o Estado é subjetiva.
- e) O direito de regresso somente existiria quando o agente agisse com dolo, sendo a culpa insuficiente para autorizar a cobrança regressiva

DIREITO CONSTITUCIONAL*João Trindade*

31. A Emenda Constitucional nº 45, de 2004, conhecida como “Reforma do Judiciário”, criou no Brasil a figura da Súmula Vinculante. Sobre esse instrumentos, pode-se afirmar corretamente que:

- a) só pode ser editada pelo STF ou pelo STJ
- b) necessariamente trata de matéria exclusivamente jurídica, de natureza constitucional ou de lei federal
- c) para ser aprovada, precisa do voto favorável da maioria absoluta do tribunal
- d) em caso de descumprida, pode ser ajuizada reclamação
- e) produz efeitos vinculantes para a administração pública, mas não para o poder Judiciário.

32. A Constituição de 1988, inspirada no art. 75 da Lei Fundamental de Bonn (Alemanha), de 1949, adotou a lógica das competências concorrentes. Porém, também inspirada no ordenamento americano, previu ainda competências a serem exercidas por um só ente federativo. Nesse contexto, pode-se afirmar que a competência para legislar sobre direito financeiro e tributário é:

- a) privativa da União
- b) exclusiva dos Estados
- c) compartilhada entre a União e os Estados
- d) comum de todos os entes
- e) privativa dos Municípios

33. De acordo com Eros Roberto Grau, a Constituição traz uma verdadeira ordenação da economia, conhecida como “Constituição Econômica”. Diante desse contexto, pode-se afirmar que é princípio da Ordem Econômica, conforme o art. 170 da CF, exceto:

- a) defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação

- b) redução das desigualdades regionais, sociais e culturais

- c) busca do pleno emprego

- d) livre concorrência

- e) tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País

34. Wilfredo, vereador do Município de Manaus, presenciou o prefeito municipal ordenando a realização de um ato administrativo ilegal, o qual pode gerar lesão aos cofres públicos municipais. Buscando vias judiciais para anular esse ato, procurou um advogado, que, à luz da Constituição, o aconselhou corretamente a ajuizar:

- a) ação civil pública

- b) *habeas corpus*

- c) ação popular

- d) mandado de segurança

- e) mandado de injunção

35. A Constituição de 1988 inovou, na matéria de controle de constitucionalidade, ao ampliar o rol de legitimados para propor as ações de controle concentrado de constitucionalidade. À luz desse contexto, assinale a alternativa que elenca alguém que NÃO pode propor ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:

- a) Presidente da República

- b) Presidente do Senado Federal

- c) Partido político com representação no Congresso Nacional

- d) Confederação sindical

- e) entidade de classe de âmbito nacional

DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

36. De acordo com o Código Civil, terrenos de marinha, praças públicas, escolas públicas e rios são, respectivamente, bens públicos:

- a) De uso comum, de uso comum, de uso especial e dominicais.
- b) Domicais, de uso comum, de uso comum e de uso comum.
- c) Domicais, de uso comum, de uso especial e de uso comum.
- d) De uso especial, de uso comum, de uso comum e domicais.
- e) De uso especial, de uso comum, de uso especial e de uso comum.

37. João, proprietário de um relógio falso, vendeu-o a Pedro por elevado valor, afirmando tratar-se de um modelo caríssimo, importado da Suíça. Pedro, por sua vez, efetuou o pagamento com moeda falsa, o que não foi percebido por João.

Com relação à situação descrita, é correto afirmar que o negócio jurídico firmado entre João e Pedro é:

- a) Anulável, submetendo-se ao prazo decadencial de 4 anos, a contar da realização do negócio.
- b) Anulável, submetendo-se ao prazo decadencial de 4 anos, a contar da realização do negócio.
- c) Nulo, não convalidando pelo decurso do tempo.
- d) Nulo, porém Pedro deverá indenizar o prejuízo suportado por João.
- e) Válido.

38. Com relação à cessão de crédito, assinale a alternativa correta.

- a) A cessão de crédito não abrange os acessórios deste.
- b) A cessão do crédito só terá eficácia em relação ao devedor se este consentir no ato.
- c) Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que primeiro for negociada.
- d) Na cessão por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu.
- e) Salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela solvência do devedor.

39. Paulo morreu, deixando como familiares seus pais, sua esposa, dois filhos e um neto, sendo este último descendente do filho mais velho. Ocorre que, aberto o inventário, o filho mais velho renunciou à herança.

Com relação à parte renunciada pelo filho mais velho, é correto afirmar que o respectivo quinhão será atribuído:

- a) Aos pais de Paulo.
- b) À esposa de Paulo.
- c) Ao filho mais novo de Paulo.
- d) Ao neto de Paulo.
- e) A todos os familiares de Paulo, por cabeça.

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

40. A sociedade Boa Colheita, constituída sob o tipo de sociedade limitada, tem por objeto exclusivo o exercício de atividade própria de empresário rural e está inscrita apenas no Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Paralelamente, a associação Atlética Vila Rica desenvolve atividade futebolística em caráter habitual e profissional, sem inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis. Nos termos do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A Boa Colheita, por haver adotado tipo de sociedade empresária, é considerada sociedade empresária independentemente de inscrição na Junta Comercial, pois a forma societária eleita prevalece sobre a natureza da atividade.
- b) Caso requeira inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis de sua sede, a Boa Colheita ficará equiparada, para todos os efeitos, à sociedade empresária, subordinando-se o pedido, no que for aplicável, às normas que regem a transformação.
- c) A Atlética Vila Rica, por revestir a forma de associação, não pode ser considerada empresária, ainda que venha a inscrever-se no Registro Público de Empresas Mercantis.
- d) A inscrição da Boa Colheita no Registro Público de Empresas Mercantis teria natureza meramente declaratória, pois a qualidade empresária decorre do exercício profissional de atividade econômica organizada, e não do registro.
- e) A equiparação da Boa Colheita à sociedade empresária, uma vez inscrita, restringe-se aos efeitos registrais e de escrituração, permanecendo a sociedade submetida ao regime da sociedade simples quanto às demais relações jurídicas.

41. Na sociedade em comandita simples Alfa & Companhia, o sócio comanditário Bruno, sem poderes especiais e fora de qualquer procuração, passou a praticar reiteradamente atos de gestão. Antes disso, reduzido o capital social por deliberação regular, a quota de Bruno havia sido diminuída, com averbação da modificação do contrato. Bruno também recebera lucros de boa-fé, apurados de acordo com o balanço. Nos termos do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Pela prática de atos de gestão, Bruno sujeita-se às responsabilidades de sócio comanditado e, além disso, fica obrigado a repor os lucros que recebeu de boa-fé e de acordo com o balanço.
- b) A diminuição da quota de Bruno produziu efeito quanto a terceiros desde a deliberação social que a aprovou, alcançando inclusive os credores preexistentes à averbação.
- c) Bruno somente se sujeitaria às responsabilidades de comanditado se tivesse o nome lançado na firma social, pois a prática de atos de gestão é tolerada quando exercida no interesse da sociedade.
- d) Bruno sujeita-se às responsabilidades de sócio comanditado pela prática de atos de gestão, mas não é obrigado à reposição dos lucros recebidos de boa-fé e de acordo com o balanço.
- e) Diminuído o capital social por perdas supervenientes, Bruno poderia continuar a receber lucros proporcionais à sua quota antes de reintegrado o capital, restrição que alcança apenas os sócios comanditados.

42. Determinada sociedade limitada, constituída em 2018 por dois sócios, tornou-se unipessoal em janeiro de 2023, com a concentração da totalidade das quotas por Cláudio, e assim permanece até hoje, sem reconstituição da pluralidade. Considerado o regime vigente do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A sociedade dissolveu-se de pleno direito em julho de 2023, pois a pluralidade de sócios não foi reconstituída no prazo legal de cento e oitenta dias contado da concentração das quotas.
- b) A dissolução somente seria evitada se Cláudio houvesse requerido, no prazo legal, a transformação do registro da sociedade em empresário individual ou em empresa individual de responsabilidade limitada, faculdade que a lei ainda lhe assegura.
- c) A concentração da totalidade das quotas em um único sócio não constitui causa de dissolução da sociedade, que pode manter-se unipessoal por prazo indeterminado.
- d) Tornada unipessoal, a sociedade passou a reger-se, nas omissões do capítulo próprio das limitadas, pelas normas da sociedade anônima, vedada a regência supletiva pelas normas da sociedade simples.
- e) A unipessoalidade admitida pela lei restringe-se à sociedade limitada constituída originariamente por um único sócio, não alcançando a unipessoalidade superveniente à constituição.

43. Emitido título de crédito à ordem, sujeito ao regime do Código Civil, o credor Caio endossou-o a Débora mediante endosso com cláusula constitutiva de mandato. Na cobrança promovida por Débora, o devedor pretende opor exceções e discute a regularidade da cadeia de endossos. Assinale a alternativa correta.

- a) O devedor pode opor a Débora somente as exceções que tiver contra Caio, e o endosso-mandato não perde eficácia com a morte ou a superveniente incapacidade do endossante.

- b) Com a morte de Caio, o endosso-mandato perde eficácia, prosseguindo a cobrança somente por iniciativa do espólio do endossante.

- c) O devedor pode opor a Débora as exceções pessoais que tenha contra ela própria, vedada a oposição das exceções que tiver contra Caio, em razão da autonomia das relações cartulares.

- d) Aquele que paga o título está obrigado a verificar a regularidade da série de endossos e a autenticidade das assinaturas de todos os endossantes.

- e) Débora pode endossar novamente o título em nome próprio, transferindo a terceiro de boa-fé a titularidade do crédito nele incorporado.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

44. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a execução fiscal, é correto afirmar que:

- a) efetivado o depósito integral do valor exequendo, remanesce a responsabilidade do executado quanto à atualização monetária sobre o débito.

- b) a fiança bancária e o seguro garantia oferecido em garantia são recusáveis por inobservância à ordem legal da penhora.

- c) em se tratando de execução fiscal de dívida ativa de natureza tributária, é possível a declaração de fraude à execução, independentemente da intimação do terceiro adquirente.

- d) o consórcio de empresas, embora desprovido de personalidade jurídica, possui personalidade judiciária, podendo ser parte legítima para integrar o polo passivo de execução fiscal.

- e) é possível considerar como válida, para fins de interrupção da prescrição, a propositura de execução fiscal fundada em certidão de dívida ativa (CDA) de contribuinte diverso.

45. De acordo com o Código de Processo Civil, a desistência da ação

- a) após homologação pelo juiz, resultará em extinção do feito com resolução do mérito.
- b) não obsta ao prosseguimento do processo quanto à reconvenção.
- c) pode ser apresentada até a interposição da apelação.
- d) pode ser apresentada até o início do cumprimento de sentença.
- e) pode ser apresentada até o trânsito em julgado da sentença.

46. Ao mandado de segurança cuja causa de pedir seja a impugnação de lei ou ato normativo que interfira em obrigações tributárias sucessivas, o prazo decadencial de 120 dias

- a) não se aplica.
- b) deve ser contado a partir da publicação da lei.
- c) deve ser contado a partir da data de vigência da lei.
- d) deve ser contado somente após 90 dias da vigência da lei.
- e) deve ser contado a partir do primeiro pagamento efetivado pelo contribuinte.

47. De acordo com o Código de Processo Civil, os embargos à execução

- a) devem ser opostos nos autos da execução.
- b) terão, como regra, efeito suspensivo.
- c) são decididos por decisão interlocutória.
- d) não admitem arguição de impedimento.
- e) independem de penhora, depósito ou caução.

48. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, o recurso adesivo

- a) não se subordina ao recurso independente.
- b) não será conhecido, se houver desistência do recurso principal.
- c) será admissível no agravo de instrumento.
- d) não tem previsão legal no ordenamento jurídico.
- e) será admissível nos embargos de declaração.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

49. Acerca do tema consumação e tentativa, assinale a alternativa correta:

- a) Nos crimes de atentado ou de empreendimento, a lei pune a tentativa com a mesma pena cominada ao crime consumado, reduzida de um a dois terços.
- b) Por ser de consumação antecipada, o crime formal é sempre unissubsistente, o que torna incompatível a figura da tentativa.
- c) Nos crimes plurissubsistentes, admite-se a tentativa, já que existe intervalo entre o início da execução e o momento consumativo, permitindo o fracionamento da conduta.
- d) O Código Penal adotou a teoria subjetiva, segundo a qual a tentativa deve receber a mesma pena do crime consumado, por ser idêntico o desvalor da conduta.
- e) A desistência voluntária e o arrependimento eficaz são aplicáveis ainda que já consumado o delito, desde que o agente reverta o resultado naturalístico.

50. Acerca do erro de tipo e do erro de proibição, assinale a alternativa correta:

- a) O erro de tipo sempre afasta o dolo, mas admite punição a título de culpa, desde que haja previsão legal para a modalidade culposa e se trate de erro evitável.
- b) O erro de proibição inescusável exclui a culpabilidade do agente.
- c) O erro de proibição inevitável afasta a imputabilidade penal do agente.
- d) No erro de proibição evitável, o agente responderá pelo crime a título culposos.
- e) O erro de tipo e o erro de proibição sempre isentam o agente de pena.

51. Beatriz retornava de uma viagem a Miami (EUA) quando desembarcou no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, em Manaus (AM). Ao passar pela aduana, Beatriz trazia consigo diversos equipamentos eletrônicos e artigos de vestuário, todos de importação permitida, sem, contudo, o pagamento dos tributos devidos. Norberto, servidor da Receita Federal responsável pela fiscalização aduaneira no aeroporto, previamente ajustado com a viajante, nada fez para impedir a conduta. Antes que Beatriz deixasse a área de fiscalização aduaneira, entretanto, outro servidor identificou a irregularidade e acionou a Polícia Federal.

Diante do caso hipotético, é correto afirmar que Beatriz e Norberto deverão, respectivamente, responder por:

- a) descaminho consumado e facilitação de contrabando ou descaminho consumado.
- b) descaminho tentado e facilitação de contrabando ou descaminho consumado.
- c) descaminho tentado e facilitação de contrabando ou descaminho tentado.
- d) descaminho consumado, ambos.
- e) descaminho tentado, ambos.

52. Rogério, sabendo que Cláudia, proprietária de uma empresa de serviços sediada em Manaus, havia sido autuada pela Prefeitura por suposto recolhimento a menor de ISS, procurou a empresária e solicitou a quantia de R\$ 8.000,00. Na ocasião, alegou possuir proximidade com o Auditor Fiscal de Tributos Municipais responsável pela análise da impugnação administrativa, o auditor Edmundo, e afirmou que parte do valor seria repassada a ele para reduzir o valor do auto de infração. Rogério, na verdade, não conhecia o auditor e não tinha qualquer influência sobre ele. Desconfiada, Cláudia não efetuou o pagamento e denunciou o ocorrido.

Diante do caso hipotético, é correto afirmar que Rogério responderá por:

- a) tráfico de influência, consumado, com aumento de pena de metade.
- b) tráfico de influência, tentado, sem incidência de majorante.
- c) tráfico de influência, tentado, com aumento de pena de metade.
- d) tráfico de influência, consumado, sem incidência de majorante.
- e) corrupção ativa, consumada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Priscila Silveira*

53. Carlos, servidor público municipal, é apontado como suspeito de ter praticado crime de peculato doloso durante o exercício de suas funções. A autoridade policial, ao tomar conhecimento do fato por meio de comunicação anônima, instaura o inquérito policial de ofício. Ao longo das investigações, o delegado determina a oitiva de testemunhas e a realização de perícia contábil. Concluídas as diligências, os autos são remetidos ao juízo competente. Sobre o inquérito policial, à luz do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- a) O inquérito policial possui natureza jurisdicional, razão pela qual as provas nele produzidas possuem plena validade para fundamentar, isoladamente, decreto condenatório.
- b) A autoridade policial poderá arquivar, de ofício, o inquérito policial quando verificar a ausência de justa causa para a ação penal, independentemente de manifestação do Ministério Público.
- c) O inquérito policial é peça de natureza informativa e inquisitorial, dispensável para o oferecimento da denúncia, podendo o Ministério Público prescindir de sua instauração quando dispuser de elementos suficientes para a propositura da ação penal.
- d) A comunicação anônima, por si só, é suficiente para embasar decreto de prisão preventiva do investigado, desde que a autoridade policial a considere verossímil.
- e) O prazo para conclusão do inquérito policial é de 10 dias quando o indiciado estiver preso, não sendo admitida qualquer prorrogação desse prazo em nenhuma hipótese.

54. Fernanda, auditora fiscal municipal, ao realizar fiscalização tributária em estabelecimento comercial, é vítima de crime de resistência praticado pelo proprietário do estabelecimento, que se opõe, mediante violência, à execução do ato legal. Paralelamente, descobre-se que o mesmo proprietário praticou crime de sonegação fiscal, tipificado na Lei n.º 8.137/1990. Considerando as regras relativas à ação penal no Código de Processo Penal e na legislação especial, assinale a alternativa correta:

- a) O crime de resistência, por ser praticado contra funcionária pública no exercício de suas funções, é de ação penal privada, cabendo exclusivamente à vítima o oferecimento da queixa-crime no prazo decadencial de 6 meses.
- b) O crime de sonegação fiscal previsto na Lei n.º 8.137/1990 é de ação penal pública condicionada à representação do Fisco, de modo que, sem a manifestação da autoridade fazendária, o Ministério Público não pode oferecer denúncia.
- c) O Ministério Público, nos crimes de ação penal pública incondicionada, é o titular exclusivo da ação penal, sendo vedado ao ofendido ou a qualquer outra pessoa o oferecimento de queixa-crime substitutiva da denúncia.
- d) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, o Ministério Público poderá oferecer denúncia no prazo de 15 dias se o indiciado estiver preso, e de 30 dias se estiver solto, sendo que o descumprimento desses prazos acarreta a extinção da punibilidade do acusado.
- e) A ação penal pública incondicionada pode ser iniciada por denúncia do Ministério Público independentemente de provocação da vítima ou de qualquer outra condição de procedibilidade, sendo o crime de resistência praticado contra funcionária pública no exercício da função hipótese de ação penal pública incondicionada.

55. Durante investigação criminal que apura crime de corrupção passiva e lavagem de dinheiro praticados por servidor público municipal, o Ministério Público requer ao juízo competente a decretação de sequestro de bens imóveis adquiridos pelo investigado com os proventos do crime. O juiz, após análise dos autos, decreta o sequestro dos bens. Posteriormente, o investigado alega que os bens foram adquiridos com recursos lícitos anteriores ao crime. Com base nas disposições do Código de Processo Penal acerca das medidas assecuratórias, assinale a alternativa correta:

- a) O sequestro de bens no processo penal somente pode recair sobre bens imóveis, sendo vedada sua aplicação sobre bens móveis, os quais ficam sujeitos exclusivamente à apreensão cautelar.
- b) O sequestro de bens no processo penal tem por finalidade garantir o ressarcimento do dano causado à vítima e o pagamento das despesas processuais, podendo recair sobre quaisquer bens do acusado, independentemente de sua origem lícita ou ilícita.
- c) O levantamento do sequestro pode ser requerido pelo investigado a qualquer tempo, bastando a demonstração de que os bens não foram adquiridos com os proventos da infração, cabendo ao juiz decidir sobre o pedido após ouvir o Ministério Público.
- d) O sequestro de bens previsto no Código de Processo Penal tem por pressuposto a existência de indícios veementes de que os bens foram adquiridos com os proventos da infração, podendo ser decretado antes mesmo do oferecimento da denúncia, desde que haja prova da existência do crime.
- e) Decretado o sequestro, o investigado não poderá contestar a medida durante a fase de inquérito policial, sendo o contraditório diferido para o momento da instrução processual penal, após o recebimento da denúncia.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Bruno Langoni

56. A “Rio Branco Instalações Ltda.”, com sede em Iranduba, firmou contrato cuja cláusula terceira determina que toda a execução dos serviços de manutenção industrial se dará em Manaus, onde a empresa mantém depósito de ferramentas e equipe fixa de dez empregados. A empresa sustenta que, por não ter sede nem filial registrada em Manaus, nada deve ao Município. Assinale a alternativa correta:

- a) A ausência de inscrição no cadastro municipal impede a caracterização de estabelecimento prestador, prevalecendo o domicílio da sede da empresa.
- b) A caracterização depende da conjugação cumulativa de todos os elementos indicativos de unidade econômica ou profissional previstos na norma.
- c) A estipulação contratual de execução dos serviços em Manaus é suficiente para caracterizar ali o estabelecimento prestador, ainda que sem registro formal.
- d) A denominação de depósito afasta a configuração de estabelecimento prestador, que exige sede, filial, agência ou sucursal formalmente constituída.
- e) A execução temporária de serviços fora da sede jamais caracteriza estabelecimento prestador, por faltar o requisito da permanência.

57. A “Amazonas Naval Ltda.”, estabelecida em Manaus, executa serviços de manutenção de embarcações sobre as águas do rio Negro, e não presta nenhum serviço portuário. O contador da empresa, apoiado na leitura da norma geral nacional, sustenta que a regra de exceção aplicável a esse tipo de prestação não alcança a hipótese. Assinale a alternativa correta:

- a) A regra municipal alcança os serviços executados em águas fluviais, reputando-se ocorrido o fato gerador no estabelecimento prestador.
- b) O imposto é devido no local de cada trecho de rio percorrido pela embarcação durante a execução dos serviços contratados.
- c) A regra municipal alcança apenas os serviços executados em águas marítimas, o que exclui a prestação descrita do seu campo de aplicação.
- d) A prestação sobre águas afasta a incidência do imposto municipal, por ausência de território municipal definido para o fato gerador.
- e) O imposto é devido no domicílio do tomador, por se tratar de serviço executado fora de estabelecimento fixo do prestador.

58. A “Construtora Ponta Negra Ltda.” executou obra de edificação em Manaus por preço global de R\$ 4.000.000,00, tendo fornecido materiais e contratado subempreitadas já tributadas pelo imposto. A empresa não mantém controle contábil individualizado dos materiais empregados e pretende reduzir a base de cálculo. Assinale a alternativa correta:

- a) A dedução de materiais é vedada, devendo o imposto incidir sobre o preço global contratado, sem qualquer exclusão.
- b) A exclusão exige prévia autorização em regime especial deferido pela administração tributária, sob pena de glosa integral.
- c) A exclusão dos materiais alcança apenas as subempreitadas, permanecendo integralmente tributado o valor dos materiais fornecidos.

d) A dedução presumida é obrigatória e substitui, em qualquer hipótese, a apuração pelo valor efetivo dos materiais fornecidos.

e) A empresa poderá excluir do preço do serviço percentual presumido de até sessenta por cento, sem necessidade de comprovação individualizada.

59. A “Câmbio Solimões Ltda.” presta serviços de agenciamento e intermediação de câmbio em Manaus. A empresa apurou o imposto aplicando a alíquota que reputa residual, por entender que a atividade não conta com previsão específica na legislação municipal. Assinale a alternativa correta:

- a) A alíquota aplicável é de cinco por cento, por ausência de previsão específica para a atividade descrita.
- b) A alíquota aplicável é de três por cento, prevista de forma específica para a atividade descrita.
- c) A alíquota aplicável é de um centésimo por cento, reservada às atividades de intermediação sujeitas a autorização estatal.
- d) A alíquota aplicável é de dois por cento, percentual reservado às atividades de intermediação financeira em geral.
- e) A alíquota aplicável é definida por decreto anual do Chefe do Poder Executivo, conforme o porte do prestador.

60. O Sr. Anselmo exerce atividade de eletricitista autônomo em Manaus, com o auxílio de dois ajudantes sem a mesma qualificação profissional, e nunca promoveu a sua inscrição no cadastro municipal. Notificado em ação fiscal, sustenta que faz jus ao regime de recolhimento por valor fixo anual. Assinale a alternativa correta:

- a) Fará jus ao regime fixo de seis unidades fiscais, uma vez que a atividade exercida não exige curso superior.
- b) Fará jus ao regime fixo de doze unidades fiscais, aplicável indistintamente aos profissionais autônomos regularmente identificados.
- c) Perderá o regime fixo em razão do número de auxiliares, ainda que estes não detenham a mesma qualificação profissional.
- d) Será tributado pela alíquota de cinco por cento, independentemente do item da lista em que se enquadre o serviço prestado.
- e) Ficará dispensado da emissão de documento fiscal enquanto perdurar a ausência de inscrição no cadastro municipal.

61. A “Clínica Odonto Norte S/C” é sociedade de profissionais habilitados na mesma atividade, enquadrada no regime de tributação fixa. Em março, contava com três dentistas; em abril, admitiu mais dois profissionais habilitados que passaram a prestar serviços em nome da sociedade, sem comunicar a alteração à administração tributária. Assinale a alternativa correta:

- a) A falta de comunicação sujeita a sociedade a lançamento complementar de ofício, apurado pelo número real de profissionais habilitados.
- b) O valor devido corresponde a uma unidade fiscal por mês, independentemente do número de profissionais habilitados na sociedade.
- c) A admissão de novos profissionais implica o desenquadramento automático do regime fixo e a tributação sobre o preço do serviço.

d) O valor devido permanece inalterado até o encerramento do exercício, quando se promoverá o recálculo do imposto fixo.

e) O recálculo somente pode ser promovido mediante pedido do contribuinte, vedado o lançamento de ofício da diferença apurada.

62. Em fiscalização instaurada contra a “Tarumã Comércio e Serviços Ltda.”, o Auditor Fiscal identificou gastos incompatíveis com a renda declarada e pretende obter informações sobre a movimentação financeira da empresa. A defesa sustenta que qualquer acesso depende de prévia autorização judicial. Assinale a alternativa correta:

- a) O acesso depende de prévia autorização judicial, por força da proteção constitucional ao sigilo de dados bancários.
- b) O exame das informações pode ser realizado por qualquer servidor da administração fazendária designado para o procedimento.
- c) A requisição pode ser dirigida diretamente à instituição financeira, dispensada qualquer solicitação anterior ao contribuinte fiscalizado.
- d) As informações serão solicitadas previamente ao contribuinte, e somente diante de omissão total ou parcial se requisitará a instituição financeira.
- e) A requisição prescinde de vinculação a hipótese legal específica, bastando a existência de procedimento fiscal em curso.

63. A “Ponta Grossa Serviços Ltda.” foi autuada e, tomando ciência do auto de infração, pretende compor-se com o Fisco. O contribuinte cogita parcelar o crédito em doze parcelas, requerendo o benefício no vigésimo dia contado da ciência, e questiona as consequências do inadimplemento posterior. Assinale a alternativa correta:

- a) A redução da multa alcança cinquenta por cento, percentual aplicável a qualquer pedido de parcelamento formulado no prazo legal.
- b) A redução da multa alcança vinte por cento, por se tratar de composição posterior à lavratura do auto de infração.
- c) A redução da multa alcança quarenta por cento, e o parcelamento será rescindido pelo inadimplemento de dez parcelas, consecutivas ou não.
- d) A redução da multa alcança quarenta por cento, e o parcelamento será rescindido pelo atraso de duas parcelas consecutivas ou três intercaladas.
- e) A redução da multa é incompatível com o parcelamento, que somente se admite após o pagamento integral da penalidade aplicada.

64. O Sr. Teodoro adquiriu, em 20 de março, terreno sem edificação em Manaus, dotado de muro e de calçada, e pretende conhecer o tratamento tributário aplicável ao imóvel naquele exercício. Assinale a alternativa correta:

- a) O fato gerador ocorre na data da aquisição, apurando-se o imposto proporcionalmente aos meses restantes do exercício.
- b) O fato gerador ocorre em primeiro de janeiro de cada exercício, e ao imóvel não edificado aplica-se alíquota de dois por cento.
- c) O fato gerador ocorre em primeiro de janeiro de cada exercício, e ao imóvel não edificado aplica-se alíquota de nove décimos por cento.
- d) O fato gerador ocorre na data do registro imobiliário da aquisição, respondendo o adquirente pelo imposto do exercício inteiro.

e) O fato gerador ocorre em primeiro de janeiro, mas a existência de muro e calçada afasta a incidência do imposto sobre o imóvel.

65. A Sra. Genoveva é proprietária de imóvel de uso exclusivamente residencial em Manaus, cujo imposto apurado no exercício corresponde a uma unidade fiscal e meia. Ela também figura, no cadastro municipal, como proprietária de um segundo imóvel, este de uso comercial. Assinale a alternativa correta:

- a) Fará jus à isenção, uma vez que o imposto apurado é inferior ao limite de duas unidades fiscais previsto na legislação.
- b) Fará jus à isenção quanto ao imóvel residencial, sendo irrelevante a titularidade de outros imóveis no cadastro municipal.
- c) Fará jus à isenção mediante requerimento anual dirigido à administração tributária, instruído com certidão de propriedade.
- d) Não fará jus à isenção, porque o benefício alcança exclusivamente imóveis cujo imposto não supere uma unidade fiscal.
- e) Não fará jus à isenção, porque os critérios legais são cumulativos e ela possui outro imóvel identificado em seu nome.

66. O Chefe do Poder Executivo de Manaus editou decreto atualizando a base de cálculo do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, invocando dispositivo da Lei Orgânica que assim autorizava. Contribuintes questionam a validade do ato. Assinale a alternativa correta:

- a) O decreto é válido, porque a Lei Orgânica autoriza expressamente a fixação anual da base de cálculo por ato do Chefe do Poder Executivo.
- b) O decreto é válido, desde que a atualização observe percentual não superior ao dobro dos índices oficiais de correção monetária.
- c) O decreto é inválido, porque a matéria é reservada à lei complementar municipal aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara.
- d) O decreto encontra amparo em dispositivo declarado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, não podendo prevalecer.
- e) O decreto é válido apenas quanto aos imóveis não edificadas, cuja base de cálculo independe de avaliação individualizada.

67. A “Incorporadora Adrianópolis Ltda.” alienou unidade imobiliária em Manaus. O instrumento de transmissão foi lavrado em cartório do próprio Município e o adquirente pretende recolher o imposto antes da lavratura da escritura, buscando o menor ônus possível. Assinale a alternativa correta:

- a) A alíquota é uniforme e corresponde a dois por cento, independentemente do momento em que se efetue o recolhimento.
- b) A alíquota corresponde a um vírgula oito por cento, aplicável ao recolhimento efetuado até a data da lavratura do instrumento.
- c) A alíquota corresponde a um vírgula nove por cento, aplicável a todo recolhimento antecipado ao registro imobiliário.
- d) A alíquota corresponde a meio por cento, reservada às transmissões de unidades residenciais financiadas pelo sistema habitacional.

e) A alíquota é fixada por decreto, conforme o valor venal apurado pela administração tributária no exercício da transmissão.

68. A “Holding Manauara Ltda.” recebeu imóveis incorporados ao seu patrimônio em realização de capital. Nos dois anos seguintes à aquisição, sessenta por cento da sua receita operacional decorreu de locação de bens próprios. A empresa sustenta que a operação não sofre incidência do imposto. Assinale a alternativa correta:

- a) A não incidência é afastada, tornando-se devido o imposto pela lei vigente à data da aquisição, sobre o valor do bem naquela data.
- b) A não incidência prevalece, porque a apuração da preponderância considera exclusivamente os dois anos anteriores à aquisição.
- c) A não incidência prevalece, porque a incorporação em realização de capital é hipótese objetiva e insuscetível de afastamento posterior.
- d) A não incidência é afastada, apurando-se o imposto pela lei vigente na data em que verificada a preponderância da atividade.
- e) A não incidência prevalece, porque a locação de bens próprios não integra o rol de atividades que caracterizam a preponderância.

69. A “Padaria Flor do Amazonas Ltda.” iniciou suas atividades em Manaus no mês de maio, obtendo o respectivo licenciamento. Ao receber a cobrança de tributos municipais, questiona a exigência das taxas relativas àquele mesmo exercício. Assinale a alternativa correta:

- a) A taxa de verificação de funcionamento é devida desde o início da atividade, com apuração proporcional aos meses restantes.
- b) A taxa de licença de localização somente é devida a partir do exercício seguinte ao da abertura do estabelecimento.
- c) A taxa de verificação de funcionamento tem fato gerador na data do licenciamento, sendo devida integralmente no exercício de abertura.
- d) As duas taxas têm fato gerador simultâneo, ocorrido na data da abertura do estabelecimento, e são devidas cumulativamente.
- e) A taxa de verificação de funcionamento tem fato gerador em primeiro de janeiro dos anos subsequentes ao do início da atividade.

70. Um templo religioso e um microempreendedor individual, ambos estabelecidos em Manaus, consultam a administração tributária sobre as obrigações municipais a que estão sujeitos em matéria de taxas de licença de localização e de verificação de funcionamento. Assinale a alternativa correta:

- a) Ambos são isentos das taxas e, por consequência da isenção, ficam dispensados da inscrição no cadastro municipal.
- b) Apenas o templo é isento das taxas, permanecendo o microempreendedor individual sujeito à exigência integral dos tributos.
- c) Ambos são isentos das taxas, mas a isenção não os exime da inscrição no cadastro municipal.
- d) Apenas o microempreendedor individual é isento das taxas, por força do regime diferenciado a que está submetido.

e) Nenhum deles é isento, cabendo-lhes apenas o direito à redução proporcional do valor das taxas devidas.

71. Um contribuinte de Manaus recebeu notificação de lançamento das taxas de licença de localização e de verificação de funcionamento e pretende impugnar o ato, dirigindo-se ao órgão que reputa competente. Assinale a alternativa correta:

- a) O poder de polícia em matéria de posturas, obras e uso do solo e o lançamento das taxas competem ao mesmo órgão municipal de planejamento urbano.
- b) O poder de polícia e o lançamento competem à secretaria municipal de finanças, que também destina a receita ao seu próprio orçamento.
- c) O poder de polícia compete à secretaria municipal de finanças, cabendo ao instituto municipal de planejamento urbano apenas a arrecadação.
- d) O lançamento das taxas compete ao instituto municipal de planejamento urbano, a quem também se destina integralmente a receita arrecadada.
- e) O poder de polícia compete ao instituto municipal de planejamento urbano, e o lançamento das taxas compete à secretaria municipal de finanças.

72. A “Negro Rio Tecnologia Ltda.” foi constituída em Manaus e, decorridos noventa dias do registro da pessoa jurídica, ainda não havia aderido ao domicílio tributário eletrônico. A empresa sustenta que a adesão é facultativa e que, uma vez realizada, pode ser revogada a qualquer tempo. Assinale a alternativa correta:

- a) A adesão é facultativa e revogável, não havendo penalidade pecuniária pela ausência de credenciamento no sistema municipal.
- b) A adesão deve ocorrer em até cento e vinte dias do registro, e o credenciamento pode ser revogado mediante simples requerimento.
- c) A adesão deve ocorrer em até sessenta dias do registro, e o credenciamento é irrevogável e por prazo indeterminado.
- d) A adesão é obrigatória apenas para as pessoas jurídicas optantes de regime diferenciado, sendo facultativa para as demais.
- e) A adesão é obrigatória, mas a ausência de credenciamento acarreta apenas a suspensão da inscrição municipal do contribuinte.

73. A administração tributária de Manaus encaminhou intimação a contribuinte credenciado no domicílio tributário eletrônico. O contribuinte não acessou o portal e sustenta que, por não ter tomado conhecimento efetivo do ato, a comunicação não produziu efeitos. Assinale a alternativa correta:

- a) A comunicação somente produz efeitos a partir do acesso efetivo do contribuinte ao teor do ato disponibilizado.
- b) A responsabilidade pelo acesso ao portal é da administração tributária, que deve certificar a ciência antes de prosseguir no procedimento.
- c) A comunicação eletrônica tem natureza subsidiária e somente prevalece quando frustrada a intimação por via postal.
- d) A comunicação eletrônica é considerada pessoal, e a consulta deve ocorrer em até dez dias contados do envio, sob pena de se reputar realizada.

e) A comunicação eletrônica produz efeitos apenas quando acompanhada de publicação no Diário Oficial do Município.

74. Contribuinte de Manaus foi cientificado de decisão de primeira instância administrativa que julgou improcedente a sua impugnação. Pretende recorrer e questiona os efeitos e os prazos aplicáveis, bem como a possibilidade de compor-se quanto à parte que reconhece devida. Assinale a alternativa correta:

- a) O recurso voluntário é cabível no prazo de trinta dias, com efeito suspensivo, admitida a formulação de recurso parcial.
- b) O recurso voluntário é cabível no prazo de quinze dias e não suspende a exigibilidade do crédito tributário lançado.
- c) O recurso voluntário é cabível no prazo de trinta dias, sem efeito suspensivo, vedada a cisão do auto de infração.
- d) Da decisão de primeira instância cabe pedido de reconsideração, no prazo de trinta dias, dirigido à mesma autoridade julgadora.
- e) O recurso voluntário é julgado pela mesma instância que proferiu a decisão recorrida, mediante composição ampliada do órgão.

75. Servidor integrante da carreira fiscal do Município de Manaus foi designado conselheiro representante da Fazenda Municipal no órgão de julgamento de segunda instância. Encerrado o seu mandato, pretende dedicar-se à advocacia em matéria tributária. Assinale a alternativa correta:

- a) O mandato é de dois anos, admitidas reconduções sucessivas, e não há restrição ao exercício posterior da advocacia tributária.
- b) O mandato é de dois anos, cabendo uma única recondução consecutiva, e a restrição à advocacia contra a Fazenda Municipal perdura por dois anos.
- c) O mandato é de quatro anos, vedada a recondução, e a restrição ao exercício da advocacia tributária perdura por um ano.
- d) O mandato é de dois anos, cabendo uma única recondução consecutiva, e a restrição alcança apenas a advocacia perante o próprio conselho.
- e) O mandato é de três anos, admitida a recondução, e a restrição à advocacia tributária depende de previsão no regimento interno.

CONTABILIDADE GERAL

Júlio Cardozo

76. A empresa Manacapuru Equipamentos Empresariais Ltda., que atua na comercialização de equipamentos para escritórios, apresentou, em seu balanço patrimonial de 31/12/2026, as seguintes contas e respectivos saldos, que representam integralmente seus ativos e passivos:

- Caixa e Equivalentes de Caixa: R\$ 40.000,00
- Clientes — Contas a Receber: R\$ 80.000,00
- Estoques: R\$ 60.000,00
- Aplicações Financeiras de Curto Prazo: R\$ 20.000,00
- Realizável a Longo Prazo: R\$ 50.000,00
- Imobilizado: R\$ 50.000,00
- Fornecedores: R\$ 45.000,00

- Obrigações Trabalhistas e Fiscais: R\$ 30.000,00
- Empréstimos Bancários de Curto Prazo: R\$ 45.000,00
- Financiamentos de Longo Prazo: R\$ 90.000,00
- Provisões de Longo Prazo: R\$ 15.000,00

A proporção do capital próprio que financia as operações da Manacapuru Equipamentos Empresariais Ltda., em relação ao capital total, corresponde a:

- a) 25%
- b) 30%
- c) 40%
- d) 75%
- e) 100%

77. O patrimônio líquido da empresa Itacoatiara S.A., em 31/12/X1, totalizava R\$ 700.000 com a seguinte composição (valores em reais):

- Capital social 600.000
- Reserva legal 100.000

Durante o ano de X2, a empresa Itacoatiara S.A. apurou um lucro líquido de R\$ 500.000 e a distribuição foi realizada da seguinte forma:

- Reserva legal, em conformidade com a legislação societária.
- Dividendos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado pela reserva legal.
- Saldo remanescente destinado para a Reserva para expansão.

O valor do patrimônio líquido da empresa Itacoatiara S.A. em 31/12/X2 era, em reais:

- a) 1.081.250.
- b) 1.080.000.
- c) 1.075.000.
- d) 1.200.000.
- e) 700.000.

78. O setor jurídico da empresa Parintins Comércio e Serviços S.A. acompanha periodicamente os processos em que a entidade figura como parte. Um desses processos, movido pela empresa Amazonas Distribuidora S.A., decorreu do suposto descumprimento de cláusulas de um contrato comercial celebrado entre as entidades.

A seguir, apresenta-se o histórico do processo judicial:

- 15/08/2021: a empresa Amazonas Distribuidora S.A. ajuizou ação requerendo indenização de R\$ 800.000,00 em razão de perdas comerciais alegadamente sofridas. O setor jurídico da Parintins Comércio e Serviços S.A. classificou como remota a possibilidade de saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos da entidade.
- 20/04/2024: o juiz responsável pelo processo decidiu favoravelmente à empresa Amazonas Distribuidora S.A. Entretanto, o valor da obrigação ainda não podia ser mensurado com suficiente confiabilidade. O setor jurídico da Parintins Comércio e Serviços S.A. passou a considerar possível a saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos da entidade.
- 10/12/2024: o perito contábil responsável pelos cálculos estabeleceu que o valor da indenização a ser paga à empresa Amazonas Distribuidora S.A. seria de R\$ 1.200.000,00. Diante disso, o setor jurídico da Parintins Comércio e Serviços S.A. passou a classificar como provável a saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos da entidade.

Com base nessas informações, a área contábil da empresa Parintins Comércio e Serviços S.A.:

- a) reconheceu uma provisão no Balanço Patrimonial, em 10/12/2024, pelo valor de R\$ 1.200.000,00.
- b) divulgou uma provisão em Notas Explicativas, em 20/04/2024, pelo valor de R\$ 800.000,00.
- c) reconheceu um passivo contingente no Balanço Patrimonial, em 10/12/2024, pelo valor de R\$ 1.200.000,00.

d) reconheceu uma provisão no Balanço Patrimonial, em 20/04/2024, ainda que não fosse possível mensurar confiavelmente o valor da obrigação.

e) divulgou um passivo contingente em Notas Explicativas, em 15/08/2021, pelo valor de R\$ 800.000,00.

79. A empresa Manaus Comercial S.A. divulgou duas demonstrações contábeis referentes ao ano fiscal de 20X5. Delas, foram retiradas as seguintes informações, em milhares de reais:

Conta	20X4	20X5
Despesa com Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	—	72.000,00
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	48.000,00	30.000,00
Contas a Receber (valor bruto)	360.000,00	400.000,00

Entre 20X4 e 20X5, a empresa Manaus Comercial S.A. apenas realizou vendas a prazo e estimou, ao início do ano fiscal de 20X5, que as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa seriam 12% do valor da receita líquida. Tal estimativa foi precisa e não houve ajustes posteriores.

Com base apenas nas informações fornecidas, o valor total da baixa de créditos considerados incobráveis realizada em 20X5 foi de:

- a) R\$ 18.000,00
- b) R\$ 30.000,00
- c) R\$ 72.000,00
- d) R\$ 90.000,00
- e) R\$ 120.000,00

80. Em 31/12/X0 a empresa Coari S.A. adquiriu uma máquina por R\$ 600.000 à vista. Nesta data, a empresa estimou a vida útil em 4 anos e o valor residual em R\$ 40.000, utilizando o método das quotas constantes para o cálculo da despesa de depreciação.

Em 31/12/X1 a empresa Coari S.A. revisou suas estimativas e alterou a vida útil remanescente para 5 anos e o novo valor residual para R\$ 30.000.

O saldo contábil evidenciado para a máquina, no Balanço Patrimonial da empresa Coari S.A. em 31/12/X2, foi, em reais:

- a) 374.000
- b) 346.000
- c) 320.000
- d) 366.000
- e) 400.000

81. Em 30/10/2025, a empresa Parintins Importadora S.A. adquiriu um lote de mercadorias de um fornecedor no exterior e incorreu nos seguintes gastos:

- R\$ 1.800.000, pagos ao fornecedor da mercadoria.
- R\$ 250.000, pagos à transportadora para trazer a mercadoria para o Brasil.
- R\$ 70.000 de imposto de importação.
- R\$ 90.000 de taxas, tarifas e impostos para desembaraço das mercadorias.
- R\$ 50.000, pagos à seguradora para garantir o recebimento das mercadorias.
- R\$ 30.000 para o transporte da mercadoria do porto até a empresa.

Nos valores pagos pela empresa estão incluídos:

- Tributos recuperáveis no valor de R\$ 140.000.
- Tributos não recuperáveis no valor de R\$ 40.000.

Sabendo que a empresa vendeu, em novembro e dezembro de 2025, 70% das mercadorias adquiridas, o Custo das Mercadorias Vendidas evidenciado na Demonstração do Resultado do ano

de 2025 da empresa, em relação à compra e venda das mercadorias citadas, foi, em reais:

- a) 1.603.000.
- b) 1.575.000.
- c) 1.505.000.
- d) 2.150.000.
- e) 1.477.000.

82. O Balanço Patrimonial da empresa Tefé S.A. apresentava, em 31/12/2024, o valor contábil de um ativo intangível com vida útil indefinida, com a seguinte composição, em reais:

Custo de aquisição	3.000.000
(-) Ajuste por <i>impairment</i>	(900.000)
(=) Valor contábil do ativo	2.100.000

Para a realização do teste de redução ao valor recuperável de ativos (teste de "impairment") em 31/12/2025, a empresa obteve as seguintes informações sobre esse ativo intangível:

- Valor em uso: R\$ 3.200.000
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 2.900.000

O valor apresentado para esse ativo intangível, no Balanço Patrimonial da empresa Tefé S.A., em 31/12/2025, foi, em reais:

- a) 2.100.000.
- b) 2.900.000.
- c) 3.200.000.
- d) 3.000.000.
- e) 900.000.

83. A empresa Iranduba S.A. apresentou as seguintes demonstrações contábeis referentes ao ano de 2024:

Balancos Patrimoniais em 31/12/23 e 31/12/24 (em reais)

ATIVO	31/12/2023	31/12/2024	PASSIVO	31/12/2023	31/12/2024
Ativo circulante	440.000	420.000	Passivo circulante	475.000	515.000
Caixa e Equivalentes de Caixa	150.000	130.000	Fornecedores	150.000	100.000
Clientes	130.000	160.000	Dividendos a Pagar	25.000	15.000
Estoques	160.000	130.000	Empréstimos	300.000	400.000
Ativo não circulante	540.000	670.000	Patrimônio Líquido	505.000	575.000
Investimentos	150.000	190.000	Capital	330.000	370.000
Imobilizado			Reservas de Lucros	175.000	205.000
Máquinas e Equipamentos	300.000	480.000			
Terrenos	90.000	—			
TOTAL DO ATIVO	980.000	1.090.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	980.000	1.090.000

Demonstração do Resultado — 01/01/24 a 31/12/24 (em reais)

Receitas de Vendas		700.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas		(460.000)
(=) Resultado com Mercadorias		240.000
(-) Despesas Operacionais		
• Depreciação	(40.000)	
• Outras despesas operacionais	(67.000)	(107.000)
(+) Outras Receitas e Despesas		
• Resultado de Equivalência Patrimonial		20.000
(+) Resultado antes dos efeitos financeiros		153.000
(-) Despesas Financeiras		(20.000)
(=) Resultado após os efeitos financeiros		133.000
(+) Lucro na Venda de Terrenos		25.000
(=) Resultado antes de Impostos e Participações		158.000
(-) Despesa com Imposto de Renda		(58.000)
(=) Resultado Líquido		100.000

Informações adicionais de 2024:

- A empresa não vendeu participações societárias nem máquinas e equipamentos.
- Não liquidou qualquer empréstimo e não pagou as despesas financeiras do ano.
- A venda do terreno foi efetuada à vista.
- O aumento de capital foi realizado: 50% em dinheiro e o restante com incorporação de reservas de lucros.

O valor, em reais, correspondente ao Caixa das Atividades Operacionais é:

- 5.000 (positivo).
- 25.000 (positivo).
- 45.000 (positivo).
- 65.000 (positivo).
- 90.000 (positivo).

ECONOMIA*Celso Natale*

84. A economia estuda como uma sociedade administra recursos escassos para atender a necessidades ilimitadas. A partir desse problema fundamental e do funcionamento do fluxo circular da renda em uma economia de mercado, é correto afirmar que

- a) a escassez deixa de ser um problema econômico para uma sociedade que detenha o monopólio da emissão de sua própria moeda, pois esta permite adquirir qualquer volume de bens.
- b) o custo de oportunidade de uma decisão corresponde ao valor monetário efetivamente desembolsado para executá-la, excluídas as alternativas não escolhidas.
- c) no fluxo circular, as famílias são exclusivamente demandantes de bens e serviços, enquanto as empresas são exclusivamente ofertantes, não havendo mercado em que esses papéis se invertam.
- d) no fluxo circular, ao fluxo real de fatores de produção e de bens e serviços corresponde, em sentido inverso, um fluxo monetário de pagamentos, de modo que o produto pode ser medido tanto pela ótica da renda quanto pela da despesa.
- e) o papel do governo restringe-se à função alocativa, cabendo exclusivamente ao mercado as funções distributiva e estabilizadora da economia.

85. Uma prefeitura estuda a demanda por transporte público municipal. Ao reduzir a tarifa de R\$ 5,00 para R\$ 4,00, observa-se que a quantidade de passageiros por dia aumenta de 8.000 para 12.000. Utilizando o método do ponto médio (elasticidade-arco), o coeficiente de elasticidade-preço da demanda e o efeito sobre a receita são, respectivamente,

- a) 0,45; demanda inelástica, e a receita aumenta.
- b) 1,00; demanda de elasticidade unitária, e a receita permanece constante.

- c) 1,80; demanda elástica, e a receita aumenta.
- d) 1,80; demanda elástica, e a receita diminui.
- e) 0,55; demanda inelástica, e a receita diminui.

86. Em um mercado municipal competitivo, as funções de oferta e de demanda de um bem são $Q_o = 2P$ e $Q_d = 300 - P$, com P em reais. O município institui um imposto específico de R\$ 30 por unidade, a ser recolhido pelos vendedores. A respeito dos efeitos desse tributo, é correto afirmar que

- a) o preço pago pelo consumidor sobe de R\$ 100 para R\$ 130, pois o imposto é integralmente repassado ao comprador.
- b) o peso morto gerado é de R\$ 600, correspondente à área do retângulo da arrecadação.
- c) a arrecadação do imposto é de R\$ 6.000, e não há peso morto, pois o tributo apenas transfere renda ao governo.
- d) o ônus do imposto recai integralmente sobre o produtor, uma vez que o tributo é legalmente recolhido pelos vendedores.
- e) o peso morto gerado é de R\$ 300, e o ônus se reparte entre consumidor e produtor conforme as elasticidades das curvas.

87. A respeito das estruturas de mercado e das falhas de mercado, é correto afirmar que

- a) o monopolista maximizador de lucro produz a quantidade em que a receita marginal iguala o custo marginal e pratica preço superior ao custo marginal, gerando peso morto por ofertar quantidade inferior à socialmente eficiente.
- b) na concorrência perfeita, a firma individual defronta-se com curva de demanda negativamente inclinada, o que lhe permite fixar o preço acima do custo marginal.
- c) no equilíbrio de longo prazo da concorrência monopolística, a firma opera no ponto de mínimo do custo total médio, sem capacidade ociosa, tal como na concorrência perfeita.
- d) uma externalidade negativa, como a poluição, leva o mercado a produzir quantidade inferior à socialmente ótima, pois o custo social é menor que o custo privado.
- e) os bens públicos puros são rivais e excludentes, razão pela qual o mercado tende a ofertá-los em quantidade excessiva.

88. Considere uma economia que se comporta de acordo com a teoria quantitativa da moeda, expressa pela equação de trocas $M \cdot V = P \cdot Y$, em que M é a quantidade de moeda, V a velocidade de circulação, P o nível de preços e Y o produto real. Supondo a velocidade de circulação e o produto real constantes no curto prazo, é correto afirmar que

- a) um aumento de 20% na quantidade de moeda reduz proporcionalmente o nível de preços, por elevar o poder de compra da moeda.
- b) a teoria quantitativa pressupõe que a moeda não é neutra no longo prazo, afetando permanentemente o produto real.
- c) o IPCA, índice oficial de metas de inflação no Brasil, é apurado pela Fundação Getúlio Vargas e mede a inflação no atacado.

d) um aumento de 20% na quantidade de moeda eleva o nível de preços em 20%, resultado que ilustra a neutralidade da moeda no longo prazo.

e) por ser um índice de Laspeyres, o IPCA utiliza a cesta de consumo do período corrente como ponderação, atualizada mês a mês.

89. Considere uma economia fechada e com governo, descrita pelas equações a seguir, em que Y é a renda, Y_d a renda disponível, C o consumo, I o investimento, G os gastos do governo e T os tributos:

$$C = 100 + 0,8 \cdot Y_d$$

$$I = 200$$

$$G = 300$$

$$T = 0,25 \cdot Y$$

A renda de equilíbrio dessa economia é

- a) 1.200.
- b) 1.500.
- c) 2.000.
- d) 2.500.
- e) 3.000.

90. A tributação, além de arrecadar, é instrumento de política econômica. A respeito das funções e características dos tributos, é correto afirmar que

- a) a função extrafiscal é aquela cujo objetivo exclusivo é arrecadar recursos para o financiamento das despesas públicas, sem influenciar o comportamento dos agentes.
- b) um tributo é progressivo quando a alíquota efetiva diminui à medida que aumenta a base tributável, onerando proporcionalmente mais os contribuintes de menor renda.
- c) a incidência de um tributo em cascata, ou cumulativo, não distorce a organização das cadeias produtivas, sendo indiferente ao número de etapas de produção e circulação.
- d) a neutralidade tributária é plenamente alcançada por tributos seletivos sobre o consumo, como os que oneram cigarros e bebidas, por induzirem a redução do consumo desses bens.
- e) a não cumulatividade, ao permitir o abatimento do imposto pago nas etapas anteriores, evita a incidência em cascata e reduz a distorção sobre a extensão das cadeias produtivas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

BANCO DE DADOS E LINGUAGEM SQL

Emannuelle Gouveia

91. Um sistema de vendas possui as tabelas Cliente e Pedido. A tabela Cliente utiliza o campo `CodigoCliente` como chave primária, enquanto a tabela Pedido possui o campo `CodigoCliente` para identificar o cliente associado a cada venda. Ao cadastrar um pedido com um código de cliente inexistente, o SGBD deve:

- a) permitir o cadastro normalmente, pois chaves estrangeiras servem apenas para melhorar o desempenho das consultas.

- b) criar automaticamente um novo registro na tabela Cliente para evitar inconsistências no relacionamento.

- c) substituir o valor informado por um código disponível, mantendo a quantidade de registros da tabela Pedido.

- d) impedir a operação ou sinalizar a violação da integridade referencial, pois o valor da chave estrangeira deve corresponder a um registro válido na tabela relacionada.

- e) remover a chave primária da tabela Cliente, permitindo que registros sem correspondência sejam armazenados.

92. Em um banco de dados relacional, uma tabela de Departamentos possui o campo `CodigoDepartamento` como chave primária. A tabela Funcionarios contém o campo `CodigoDepartamento` para indicar o departamento ao qual cada funcionário pertence. Considerando essa estrutura, é correto afirmar que:

- a) `CodigoDepartamento` na tabela Funcionarios deve ser definido como chave primária, pois todo campo utilizado em relacionamentos precisa identificar registros únicos.

- b) A tabela Departamentos deve armazenar todos os dados dos funcionários para evitar a necessidade de relacionamentos entre tabelas.

- c) `CodigoDepartamento` na tabela Funcionarios funciona como chave estrangeira, permitindo associar registros de funcionários a um departamento existente.

- d) A chave primária da tabela Departamentos pode conter valores repetidos, desde que os registros estejam relacionados a funcionários diferentes.

- e) O SGBD impede a criação de novas tabelas quando existem campos com nomes iguais em estruturas distintas.

93. Um SGBD foi adotado para armazenar informações de servidores públicos. Durante a definição da estrutura da tabela Servidor, o administrador precisa escolher um atributo que identifique cada registro de forma exclusiva, mesmo quando outros dados, como nome e cargo, possam se repetir. A escolha mais adequada é:

- a) utilizar o campo Cargo como chave primária, pois servidores com a mesma função devem possuir a mesma identificação no banco.
- b) utilizar o campo Nome como chave primária, pois representa uma informação obrigatória e de fácil consulta pelos usuários.
- c) utilizar um atributo identificador exclusivo, como MatriculaServidor, como chave primária da tabela.
- d) utilizar uma chave estrangeira para identificar cada servidor, pois esse tipo de chave impede duplicidade em qualquer tabela do banco.
- e) utilizar um registro completo como chave primária, pois todos os campos da tabela devem participar da identificação do servidor.

94. Durante a construção de um sistema de gestão acadêmica, a equipe de análise precisa representar os elementos do negócio antes da definição das tabelas do banco de dados. Nessa etapa, devem ser identificadas entidades, atributos e relacionamentos existentes no domínio da aplicação. Essa atividade corresponde à:

- a) modelagem física, pois define estruturas de armazenamento, índices e características específicas do SGBD.
- b) modelagem conceitual, pois representa os elementos do negócio de forma independente da implementação tecnológica.
- c) modelagem lógica, pois cria tabelas e define chaves considerando diretamente as restrições do banco de dados.
- d) normalização, pois elimina todos os relacionamentos entre entidades antes da criação do banco.

e) indexação, pois organiza os atributos para melhorar o desempenho das consultas realizadas pelo sistema.

95. Em um SGBD relacional, uma tabela de movimentações financeiras possui milhões de registros. Após análise de desempenho, o administrador criou um índice no campo DataMovimento, utilizado com frequência em consultas de pesquisa por período. A principal finalidade dessa criação é:

- a) armazenar uma cópia completa da tabela em uma estrutura separada, eliminando a necessidade de acesso aos dados originais.
- b) acelerar a localização dos registros nas consultas que utilizam o campo indexado, reduzindo o custo de busca dos dados.
- c) substituir a necessidade de definição de chaves primárias e estrangeiras no modelo relacional.
- d) impedir que novos registros sejam inseridos na tabela quando apresentarem valores repetidos no campo indexado.
- e) transformar automaticamente o campo indexado em uma chave primária da tabela.

96. Durante a administração de um banco de dados, um analista precisa criar uma nova tabela, alterar a estrutura de uma coluna existente e remover uma restrição definida anteriormente. Os comandos utilizados nessas operações pertencem à sublinguagem SQL denominada:

- a) DDL (Data Definition Language), pois reúne comandos responsáveis pela definição e alteração das estruturas do banco de dados.
- b) DML (Data Manipulation Language), pois controla operações de inserção, atualização e exclusão da estrutura das tabelas.
- c) DCL (Data Control Language), pois é utilizada para modificar objetos físicos e estruturas internas do banco de dados.
- d) TCL (Transaction Control Language), pois gerencia exclusivamente a criação de tabelas e relacionamentos entre entidades.
- e) DQL (Data Query Language), pois permite alterar definições de objetos armazenados no banco de dados.

97. Em um banco de dados relacional, um analista precisa listar todos os clientes cadastrados, incluindo aqueles que ainda não possuem pedidos registrados. A consulta deve retornar os dados da tabela Clientes e, quando existirem, as informações correspondentes da tabela Pedidos. O tipo de JOIN mais adequado para essa situação é:

- a) INNER JOIN, pois retorna todos os registros das duas tabelas independentemente de correspondência entre elas.
- b) RIGHT JOIN, pois sempre mantém todos os registros da tabela posicionada à esquerda da consulta.
- c) INNER JOIN, pois elimina registros sem correspondência para evitar valores nulos no resultado.
- d) RIGHT JOIN, pois impede a inclusão de registros da tabela que possui menor quantidade de dados.

e) LEFT JOIN, pois mantém todos os registros da tabela Clientes e adiciona os dados correspondentes da tabela Pedidos quando existirem.

98. Uma consulta SQL deve apresentar a quantidade de vendas realizadas por cada região, considerando apenas registros cujo valor da venda seja superior a R\$ 1.000 e organizando o resultado pela maior quantidade de vendas. Para atender a essa necessidade, a consulta deve utilizar:

- a) WHERE para agrupar regiões e ORDER BY para aplicar filtros nos valores das vendas.
- b) GROUP BY para filtrar registros individuais e WHERE para ordenar os resultados pelo total calculado.
- c) WHERE para restringir os registros analisados, GROUP BY para consolidar os dados por região e ORDER BY para ordenar o resultado final.
- d) ORDER BY para criar agrupamentos e GROUP BY para substituir a necessidade de utilização de funções de agregação.
- e) JOIN para filtrar valores de vendas e WHERE para realizar o agrupamento das informações por região.

99. Uma tabela denominada Pagamentos possui as colunas Cliente, DataPagamento e Valor. Um analista precisa identificar o maior valor de pagamento registrado entre todos os lançamentos existentes. O comando SQL que atende a essa necessidade deve utilizar a função:

- a) COUNT(Valor), pois retorna a quantidade de registros existentes na coluna analisada.
- b) SUM(Valor), pois calcula o total acumulado dos valores armazenados na tabela.
- c) AVG(Valor), pois apresenta o valor médio dos pagamentos registrados.
- d) MAX(Valor), pois retorna o maior valor encontrado no conjunto de dados analisado.
- e) MIN(Valor), pois identifica o menor pagamento realizado entre os registros.

100. Em uma tabela Funcionarios, o campo Bonus registra valores que podem não estar preenchidos para todos os colaboradores. Um analista executou uma consulta utilizando funções de agregação e precisa obter a quantidade de funcionários que possuem bônus informado, desconsiderando os registros sem valor nesse campo. A função adequada para essa análise é:

- a) SUM(Bonus), pois soma todos os valores existentes e identifica automaticamente a quantidade de registros preenchidos.
- b) AVG(Bonus), pois calcula a média dos valores informados e retorna a quantidade de colaboradores considerados no cálculo.
- c) COUNT(), pois contabiliza apenas os registros que possuem valor preenchido no campo Bonus.
- d) MAX(Bonus), pois identifica o maior bônus registrado e determina quantos funcionários receberam valores.
- e) COUNT(Bonus), pois contabiliza apenas os registros em que o campo Bonus possui valor armazenado, ignorando valores nulos.

GOVERNANÇA DE DADOS

Fernando Pedrosa

Acerca de **LGPD**, julgue os itens subsequentes.

101. Quanto ao escopo e aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, é correto afirmar que:

- a) É aplicável somente a órgãos da Administração Pública Federal, Ministério Público e Tribunais de Contas.
- b) Visa a proteger dados pessoais de pessoas jurídicas, empresas e órgãos, públicos ou privados.
- c) Aplica-se a qualquer operação de tratamento de dados pessoais, desde que realizadas em território nacional.
- d) Aplica-se ao tratamento de dados realizado por pessoa jurídica de direito privado, apenas.
- e) Aplica-se a União, Estados, DF e Municípios, a pessoas públicas ou privadas no que tange ao tratamento de dados.

102. Segundo a LGPD, a disciplina da proteção de dados pessoais possui um conjunto de fundamentos. Assinale a alternativa que NÃO cita corretamente um dos fundamentos da LGPD.

- a) Respeito à publicidade.
- b) Liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião.
- c) Inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.
- d) Desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação.
- e) Livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor.

103. São princípios da Lei 13.709/2018 (LGPD), EXCETO:

- a) Finalidade
- b) Necessidade
- c) Segurança
- d) Qualidade dos dados
- e) Privacidade

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO*André Castro*

104. Um órgão público utiliza um sistema eletrônico para cadastro de usuários. Para determinada funcionalidade, são suficientes nome, CPF e endereço eletrônico. Após uma atualização, o sistema passou a exigir também estado civil, convicção religiosa e outras informações sem relação objetiva com a prestação do serviço, sob a justificativa de que esses dados poderiam ser úteis futuramente.

À luz da LGPD, essa prática contraria mais diretamente o princípio da

- a) prevenção.
- b) transparência.
- c) necessidade.
- d) qualidade dos dados.
- e) não discriminação.

105. Durante a revisão da segurança de um sistema corporativo, foram implantados os seguintes controles:

- I. acesso aos documentos restrito aos usuários expressamente autorizados;
- II. utilização de valores de hash para identificar alterações indevidas em arquivos;
- III. manutenção de infraestrutura redundante para permitir a continuidade do serviço em caso de falha de um servidor.

Considerando a tríade CIA, os controles I, II e III estão associados, respectivamente, a

- a) disponibilidade, integridade e confidencialidade.
- b) confidencialidade, integridade e disponibilidade.
- c) integridade, confidencialidade e disponibilidade.
- d) confidencialidade, disponibilidade e integridade.
- e) integridade, disponibilidade e confidencialidade.

106. Um Analista precisa enviar a um auditor um relatório eletrônico de modo que o destinatário possa verificar se o documento sofreu alterações

após sua emissão e confirmar sua origem. Não existe requisito de manter o conteúdo do relatório em sigilo.

O mecanismo mais adequado para atender conjuntamente a esses requisitos é

- a) criptografar o relatório com uma chave simétrica compartilhada entre remetente e destinatário.
- b) calcular apenas um hash do relatório e enviá-lo juntamente com o arquivo.
- c) proteger o acesso ao relatório exclusivamente por usuário e senha.
- d) produzir uma assinatura digital com a chave privada do remetente, verificável mediante sua chave pública.
- e) transmitir o relatório por uma conexão protegida por firewall, dispensando controles criptográficos sobre o documento.

107. Uma aplicação de gestão financeira pode ser acessada somente por HTTPS e está protegida por um firewall que permite conexões apenas pela porta correspondente ao serviço. Em uma auditoria, constatou-se que funcionários autenticados do setor de Recursos Humanos conseguiam consultar informações financeiras reservadas a outro departamento.

Para corrigir diretamente a falha identificada, a medida mais adequada é

- a) revisar as regras de autorização e aplicar o princípio do menor privilégio aos perfis de acesso da aplicação.
- b) bloquear no firewall todas as conexões HTTPS originadas da rede interna.
- c) substituir as senhas dos usuários por senhas maiores, mantendo inalteradas as permissões existentes.
- d) criptografar os discos dos servidores, pois a criptografia impede que usuários autenticados consultem dados sem autorização.
- e) aumentar o período de retenção dos logs, pois a auditoria de acessos impede tecnicamente a consulta indevida.

108. Uma organização decidiu revisar seus documentos de Segurança da Informação. A alta administração pretende estabelecer um documento aplicável a toda a instituição, contendo objetivos gerais, responsabilidades e diretrizes de proteção. Instruções detalhadas sobre configuração de equipamentos e execução de atividades serão mantidas em documentos subordinados.

Essa estrutura está adequadamente representada quando

- a) a política contém exclusivamente comandos técnicos de configuração, dispensando a definição de responsabilidades organizacionais.
- b) os procedimentos estabelecem os objetivos estratégicos da organização, enquanto a política descreve cada etapa operacional executada pelos usuários.
- c) políticas e procedimentos são documentos equivalentes, diferenciando-se apenas pelo setor responsável pela aprovação.
- d) a política deve ser modificada sempre que um endereço IP, uma porta de firewall ou um parâmetro técnico for alterado.
- e) a política define diretrizes gerais, enquanto padrões e procedimentos podem detalhar requisitos técnicos e a forma de execução das atividades.

109. Durante uma auditoria, surgiu a suspeita de que um administrador com privilégios elevados tenha alterado configurações de um sistema crítico sem autorização. Para aumentar a capacidade de determinar quem executou as operações e preservar a confiabilidade das evidências, a organização deve prioritariamente

- a) permitir que cada administrador exclua seus próprios registros de atividade após justificar as alterações efetuadas.
- b) desabilitar temporariamente a geração de logs durante manutenções administrativas para reduzir o volume de informações armazenadas.

c) manter registros de auditoria protegidos contra alteração, com identificação dos usuários, marcação temporal adequada e análise realizada com independência em relação ao responsável pelas operações auditadas.

d) considerar suficiente a análise do estado atual das configurações, pois registros históricos não são necessários quando o sistema permanece disponível.

e) registrar somente as tentativas malsucedidas de autenticação, uma vez que atividades executadas após login válido não representam eventos relevantes de auditoria.

110. Uma instituição identificou que credenciais válidas de um funcionário foram obtidas por um atacante. Utilizando essas credenciais, o invasor acessou uma aplicação pela conexão HTTPS permitida no firewall e realizou uma exportação em massa de dados pessoais. Os discos do servidor estavam criptografados e os registros de auditoria permitiram detectar a operação anômala.

Considerando os mecanismos de Segurança da Informação e a LGPD, é correto afirmar que

- a) a criptografia dos discos descaracteriza o incidente de segurança, pois dados criptografados não podem ser objeto de acesso indevido.
- b) mecanismos como autenticação multifator, menor privilégio e monitoramento poderiam reduzir o risco, e, se o incidente puder acarretar risco ou dano relevante aos titulares, cabe ao controlador realizar as comunicações previstas na LGPD.
- c) todo incidente, independentemente de sua natureza ou potencial de dano, exige necessariamente comunicação aos titulares, sendo essa responsabilidade exclusiva do operador.
- d) a existência de firewall e HTTPS demonstra que houve preservação da confidencialidade, pois conexões autorizadas na camada de rede não podem resultar em acesso indevido aos dados.
- e) a comunicação prevista na LGPD somente pode ocorrer após a comprovação de efetivo dano patrimonial sofrido pelos titulares.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Maurício*

111. Um Estado, embora destine constitucionalmente parte da arrecadação de determinado imposto aos Municípios, pretende reorganizar a administração desse tributo. Cogita atribuir funções de fiscalização a outra pessoa jurídica de direito público e contratar instituição financeira privada apenas para receber os pagamentos. Considerando o CTN, assinale a afirmativa correta:

- a) A repartição da receita transfere aos Municípios beneficiários parcela equivalente da competência legislativa para instituir ou modificar o imposto.
- b) A competência tributária pode ser delegada integralmente a outra pessoa jurídica de direito público, inclusive quanto ao poder de instituir o tributo.
- c) A contratação de instituição financeira privada para receber tributos constitui delegação de competência tributária e, por isso, é vedada.
- d) A competência legislativa permanece com o ente constitucionalmente competente; funções administrativas de arrecadar ou fiscalizar podem ser atribuídas a outra pessoa jurídica de direito público, e o mero encargo de arrecadação conferido a pessoa de direito privado não constitui delegação de competência.
- e) Se o Estado deixar de exercer a competência tributária, esta poderá ser exercida temporariamente pelos Municípios que participem do produto da arrecadação.

112. A Emenda Constitucional nº 132/2023 introduziu novos comandos gerais no Sistema Tributário Nacional. A respeito desses comandos e do princípio da neutralidade, analise as assertivas:

- I - O Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente.
- II - A neutralidade integra expressamente o rol de princípios gerais do Sistema Tributário Nacional.

III - As alterações na legislação tributária devem buscar atenuar efeitos regressivos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

113. Em 20 de dezembro de 2025, um Município publicou duas leis. A primeira majorou a base de cálculo do IPTU. A segunda elevou a alíquota do ISS. Ambas previram produção de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026. À luz das limitações constitucionais ao poder de tributar, assinale a afirmativa correta:

- a) As duas majorações podem ser exigidas em 1º de janeiro de 2026, pois a mudança de exercício financeiro afasta a anterioridade nonagesimal.
- b) A nova base de cálculo do IPTU pode produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026, mas a majoração do ISS somente poderá ser exigida depois de transcorridos noventa dias da publicação, já no exercício de 2026.
- c) A majoração do IPTU somente poderá ser exigida após noventa dias, ao passo que a do ISS poderá ser exigida em 1º de janeiro de 2026.
- d) Nenhuma das duas majorações se submete à anterioridade de exercício, bastando o transcurso do prazo de noventa dias.
- e) A fixação da base de cálculo do IPTU e a majoração da alíquota do ISS estão dispensadas tanto da anterioridade anual quanto da nonagesimal.

114. Sobre aplicação, interpretação e integração da legislação tributária, conforme o Código Tributário Nacional, analise as assertivas:

- I** - A lei que comine penalidade menos severa pode alcançar ato pretérito ainda não definitivamente julgado.
- II** - Na ausência de disposição expressa, o emprego da analogia pode resultar na exigência de tributo não previsto em lei, desde que haja identidade econômica entre as situações comparadas.
- III** - A legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção deve ser interpretada literalmente.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I e III, apenas.

115. João, com 16 anos de idade, é proprietário de imóvel urbano locado a uma empresa. O contrato de locação atribui ao locatário a responsabilidade econômica pelo IPTU. Considerando as regras do CTN sobre sujeição passiva, analise as assertivas:

- I** - Salvo disposição de lei em contrário, a convenção particular que atribui ao locatário o pagamento do IPTU não pode ser oposta à Fazenda Pública para modificar a definição legal do sujeito passivo.
- II** - A menoridade civil de João não impede que ele possua capacidade tributária passiva.
- III** - Se houver solidariedade tributária entre dois sujeitos passivos, o devedor demandado em primeiro lugar poderá invocar benefício de ordem, salvo disposição contratual em contrário.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

116. A sociedade Café Horizonte Ltda. adquiriu de Aurora Comércio Ltda. todo o estabelecimento empresarial desta última e prosseguiu imediatamente na mesma atividade, sob nova razão social. Quatro meses depois da alienação, Aurora Comércio Ltda. iniciou nova atividade econômica, em outro ramo. Quanto aos tributos relativos ao estabelecimento adquirido e devidos até a data da alienação, é correto afirmar que:

- a) Café Horizonte Ltda. não responde por tais tributos, pois adotou razão social distinta da alienante.
- b) Café Horizonte Ltda. responde integralmente, porque a nova atividade da alienante pertence a ramo diverso do anteriormente explorado.
- c) A responsabilidade do adquirente limita-se às penalidades moratórias, não alcançando os tributos propriamente ditos.
- d) Café Horizonte Ltda. responde subsidiariamente com a alienante, pois esta iniciou, dentro de seis meses da alienação, nova atividade, ainda que em outro ramo.
- e) Somente a alienante permanece responsável, porque retomou atividade econômica antes do decurso de seis meses.

117. Em auditoria realizada em 2026, a autoridade fiscal apura fato gerador ocorrido em 2024. Uma lei publicada em 2025, além de aumentar a alíquota do tributo, criou novo procedimento eletrônico de cruzamento de dados e ampliou os poderes de investigação fiscal, sem alterar regras de responsabilidade tributária. Considerando o CTN, assinale a afirmativa correta:

- a) O lançamento deve utilizar integralmente a lei de 2025, inclusive a alíquota majorada, porque a legislação vigente na data do lançamento rege todos os seus elementos.
- b) O lançamento deve observar, quanto aos elementos materiais da obrigação, a lei vigente na data do fato gerador, mas pode aplicar o procedimento de fiscalização e os novos poderes investigatórios instituídos posteriormente.
- c) Nenhuma disposição da lei de 2025 pode ser aplicada, pois o lançamento deve ignorar toda legislação posterior ao fato gerador.
- d) A lei de 2025 pode ser aplicada retroativamente apenas para aumentar a alíquota, não podendo alcançar procedimentos de fiscalização.
- e) A aplicação de legislação posterior seria possível somente se a nova lei atribuísse responsabilidade tributária a terceiro.

118. Em estudo sobre a arquitetura constitucional da Reforma Tributária, uma equipe comparou o IBS e a CBS. À luz do art. 149-B da Constituição Federal, analise as assertivas:

- I - IBS e CBS devem observar as mesmas regras quanto a fatos geradores, bases de cálculo, alíquotas, hipóteses de não incidência e sujeitos passivos.
- II - IBS e CBS devem observar as mesmas regras quanto às imunidades.
- III - A Constituição exige que IBS e CBS possuam a mesma destinação do produto da arrecadação.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) II e III, apenas.

d) II, apenas.

e) I, II e III.

119. A LC nº 227/2026 acrescentou à LC nº 214/2025 regra de precedência para situações em que mais de um tratamento tributário possa incidir sobre a mesma operação. A esse respeito, analise as assertivas:

- I - A ordem de aplicação é: redução a zero de alíquota; suspensão com conversão em alíquota zero; isenção; diferimento; e redução de alíquota distinta da redução a zero.
- II - Quando mais de uma redução de alíquota for aplicável à mesma operação, as reduções serão cumuladas automaticamente, independentemente de previsão expressa.
- III - Não havendo previsão de cumulação entre reduções de alíquota aplicáveis à mesma operação, prevalecerá a maior redução.

Está correto o que se afirma em

- a) I e III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

120. A respeito da composição e das deliberações da instância máxima do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços, analise as assertivas:

- I** - A representação será paritária entre o conjunto dos Estados e do Distrito Federal e o conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, com 27 membros em cada grupo.
- II** - Os 27 representantes do conjunto dos Municípios e do Distrito Federal serão escolhidos exclusivamente com base em votos de igual valor para cada Município.
- III** - No conjunto dos Estados e do Distrito Federal, a aprovação de uma deliberação exige, cumulativamente, maioria absoluta dos representantes e votos de representantes correspondentes a mais de 50% da população do País.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA NACIONAL

Fábio Dutra

121. Acerca da fiscalização das microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, julgue as assertivas abaixo como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- I.** A competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações principais relativas ao Simples Nacional é exercida em caráter exclusivo pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
- II.** Uma vez iniciada a fiscalização, ela poderá abranger os demais estabelecimentos da mesma empresa, independentemente da atividade por eles exercida ou de sua localização, na forma regulamentada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.
- III.** Qualquer uma das administrações tributárias competentes para fiscalizar o Simples Nacional poderá aplicar penalidade pelo descumprimento de determinada obrigação acessória, ainda que essa obrigação devesse ser cumprida exclusivamente perante outra administração tributária.

A sequência correta é:

- a) V – V – V.
- b) V – F – V.
- c) F – V – V.
- d) F – V – F.
- e) V – V – F

122. Considerando a disciplina da responsabilidade das plataformas digitais pelo IBS e pela CBS prevista na Lei Complementar nº 214/2025, já incorporadas as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 227/2026, julgue as assertivas abaixo como verdadeiras (V) ou falsas (F).

I. A plataforma digital pode responder solidariamente com o fornecedor residente e domiciliado no País quando esse fornecedor seja contribuinte, ainda que não esteja inscrito, e deixe de emitir documento fiscal eletrônico no valor da operação realizada por meio da plataforma.

II. Mesmo quando for possível a realização do split payment e a plataforma prestar corretamente as informações exigidas para a liquidação e para a identificação das operações e dos fornecedores, ela responderá pelas eventuais diferenças entre os valores do IBS e da CBS pagos e aqueles efetivamente devidos pelo fornecedor residente e domiciliado no País.

III. A plataforma digital poderá, com a anuência do fornecedor e na forma do regulamento, optar por ser substituta tributária nas operações realizadas por fornecedor residente ou domiciliado no País, permanecendo este responsável por eventuais diferenças de IBS e CBS.

A sequência correta é:

- a) V – V – V.
- b) V – F – V.
- c) V – F – F.
- d) F – V – V.
- e) F – V – F

123. À luz da Lei Complementar nº 105/2001, analise as afirmativas a seguir:

I. As autoridades e os agentes fiscais tributários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios podem examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, quando houver processo

administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais exames forem considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente.

II. A comissão de inquérito administrativo destinada a apurar responsabilidade de servidor público por infração praticada no exercício de suas atribuições pode obter diretamente informações e documentos protegidos por sigilo financeiro, independentemente de prévia autorização judicial.

III. A quebra de sigilo realizada fora das hipóteses autorizadas pela Lei Complementar nº 105/2001 constitui crime, sujeitando o responsável à pena de reclusão de um a quatro anos e multa, aplicando-se as mesmas penas a quem omitir, retardar injustificadamente ou prestar falsamente as informações requeridas nos termos da referida lei.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III

124. A respeito da incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, nos termos da Lei Complementar nº 116/2003, assinale a alternativa incorreta.

- a) Considera-se exportação de serviços, afastando-se a incidência do ISS, a prestação desenvolvida no Brasil cujo resultado aqui se verifique, desde que o respectivo pagamento seja realizado por residente no exterior.
- b) O ISS não incide sobre as exportações de serviços para o exterior do País.
- c) O ISS incide sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação tenha se iniciado no exterior do País.
- d) O ISS não incide sobre a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo.
- e) O ISS não incide sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários

125. A empresa hipotética Nova Metalúrgica Ltda. requereu à Secretaria da Fazenda municipal a expedição de certidão comprobatória de sua regularidade fiscal, tendo em vista participar de licitação pública. Na ocasião do requerimento, a empresa possuía um crédito tributário municipal objeto de parcelamento regularmente concedido, bem como outro crédito, já constituído, mas ainda não vencido. Diante desse cenário, e considerando as disposições do Código Tributário Nacional sobre certidões negativas e sigilo fiscal, é correto afirmar que:

- a) a existência de débito parcelado impede a expedição de certidão positiva com efeito de negativa, ainda que o parcelamento esteja sendo regularmente cumprido.
- b) a Fazenda municipal deve recusar a expedição de qualquer certidão à empresa, tendo em vista a existência de créditos tributários já constituídos em seu desfavor, ainda que não vencidos.
- c) a empresa faz jus à expedição de certidão positiva com efeitos de negativa, tanto em razão do parcelamento quanto do crédito ainda não vencido, devendo a certidão ser fornecida no prazo de dez dias contados da entrada do requerimento na repartição.
- d) informações relativas ao parcelamento concedido à empresa estão protegidas por sigilo fiscal, sendo vedada sua divulgação pela Fazenda Pública, inclusive para os fins de expedição da certidão requerida.
- e) caso o servidor responsável expeça certidão negativa contendo erro contra a Fazenda Pública, ainda que sem dolo ou fraude, responderá pessoalmente pelo crédito tributário e pelos juros de mora acrescidos

126. Uma sociedade empresária presta serviço de forma continuada a determinado cliente. Relativamente à parcela correspondente ao mês de março, o contrato estabelece que a contraprestação se torna exigível em 20 de março. Embora a exigibilidade contratual somente ocorresse nessa data, o cliente efetuou antecipadamente o pagamento integral da parcela em 15 de março.

À luz da Lei Complementar nº 214/2025, consideradas as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 227/2026, o fato gerador do IBS e da CBS relativamente a essa parcela ocorre:

- a) em 20 de março, pois, nas operações continuadas, a exigibilidade da contraprestação prevalece sobre eventual pagamento antecipado.
- b) ao término do período mensal de apuração em que estiver compreendida a prestação, independentemente das datas de exigibilidade e de pagamento.
- c) em 15 de março, pois, nas operações de execução continuada ou fracionada, considera-se ocorrido o fato gerador no primeiro momento entre a exigibilidade da parcela da contraprestação e o pagamento da obrigação.
- d) na data de emissão do documento fiscal correspondente à parcela, ainda que essa emissão anteceda tanto sua exigibilidade quanto seu pagamento.
- e) somente com a conclusão definitiva da prestação continuada contratada, momento em que se considera integralmente realizado o fornecimento

127. Sobre o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), conforme disciplinado pela Lei Complementar nº 227/2026, analise as afirmativas:

- I. O CGIBS é entidade pública sob regime especial, dotada de independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira, não se subordinando hierarquicamente a outro órgão da administração pública.
- II. O Conselho Superior do CGIBS possui representação paritária, sendo composto por vinte e sete membros representantes dos Estados e do Distrito Federal e vinte e sete membros representantes do conjunto dos Municípios e do Distrito Federal.
- III. Compete diretamente ao CGIBS promover a cobrança judicial e extrajudicial dos créditos relativos ao IBS e realizar a correspondente representação judicial.

Está incorreto o que se afirma em:

- a) III, apenas.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III

128. A respeito das alíquotas do ISS e das limitações à concessão de benefícios fiscais, conforme a Lei Complementar nº 116/2003, assinale a alternativa incorreta.

- a) A alíquota mínima do ISS é de 2%.
- b) A alíquota máxima do ISS é de 5%.
- c) Como regra, o imposto não pode ser objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros que resultem, direta ou indiretamente, em carga tributária inferior à decorrente da aplicação da alíquota mínima, sendo admitida tal possibilidade para execução por empreitada de obras de construção civil.
- d) Reconhecida a nulidade da lei ou do ato municipal que tenha concedido benefício em desacordo com

a alíquota mínima legal, o direito à restituição do ISS efetivamente pago com fundamento nessa norma pertence ao tomador do serviço.

- e) A lei ou o ato municipal que desrespeite a alíquota mínima legal é nulo, para fins da disciplina estabelecida pela Lei Complementar nº 116/2003, quando o serviço for prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde estiver localizado o prestador

129. Considere a seguinte situação hipotética: o Município Alfa ajuizou execução fiscal contra determinada sociedade empresária. Para garantir a execução, a executada apresentou seguro-garantia, juntando aos autos a respectiva prova em 10 de março. A empresa pretende oferecer embargos à execução e questiona também em que momento a garantia poderá ser liquidada.

Considerando exclusivamente a Lei nº 6.830/1980, é correto afirmar que:

- a) o seguro-garantia não constitui modalidade idônea de garantia da execução fiscal, sendo indispensável depósito em dinheiro, fiança bancária ou penhora de bens.
- b) os embargos poderão ser oferecidos no prazo de trinta dias contado da juntada da prova do seguro-garantia, e a garantia somente poderá ser liquidada após o trânsito em julgado de decisão de mérito desfavorável ao contribuinte.
- c) o prazo para embargos será de trinta dias contado da citação, ainda que a execução somente tenha sido garantida posteriormente mediante seguro-garantia.
- d) o seguro-garantia produz os mesmos efeitos da penhora, mas poderá ser liquidado imediatamente após sentença de mérito desfavorável ao executado, ainda que exista recurso pendente de julgamento.
- e) a executada poderá oferecer embargos independentemente da prévia garantia da execução, desde que se comprometa a apresentar o seguro-garantia antes do julgamento da defesa

130. Julgue os itens a seguir, à luz do Código Tributário Nacional, no que se refere às garantias e privilégios do crédito tributário, assinalando (V) para verdadeiro e (F) para falso, e ao final marque a alternativa que apresente a sequência correta.

- () Respondem pelo pagamento do crédito tributário todos os bens e rendas do sujeito passivo, de qualquer origem ou natureza, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- () A enumeração das garantias atribuídas pelo Código Tributário Nacional ao crédito tributário é taxativa, sendo vedado a outras leis instituírem garantias adicionais em função da natureza ou das características de determinado tributo.
- () Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, relativamente a crédito tributário regularmente constituído, salvo se o devedor tiver reservado bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.
- a) V, V, F
b) F, V, F
c) V, F, F
d) F, F, V
e) V, F, V

AUDITORIA*Tonyvan Carvalho*

131. Considerando as disposições das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis à auditoria independente acerca do ceticismo profissional, o auditor deve

- a) considerar confiáveis os documentos fornecidos pela administração sempre que apresentarem aparência formal de autenticidade, sendo necessária investigação adicional somente quando houver comprovação objetiva de fraude.
- b) restringir a aplicação do ceticismo profissional às situações em que tenha sido identificado risco significativo de fraude, uma vez que, nos demais casos, presume-se a integridade da administração e dos responsáveis pela governança.
- c) manter-se alerta para evidências de auditoria que contradigam outras evidências obtidas, para informações que coloquem em dúvida a confiabilidade de documentos e respostas a indagações, para condições indicativas de possível fraude e para circunstâncias que sugiram a necessidade de procedimentos adicionais aos exigidos pelas NBCs TA.
- d) desconsiderar evidências contraditórias quando as evidências inicialmente obtidas forem provenientes de fontes externas independentes, tendo em vista que a maior confiabilidade da fonte externa dispensa procedimentos adicionais para solucionar inconsistências.
- e) presumir a existência de fraude sempre que forem identificadas inconsistências entre documentos ou respostas fornecidas pela administração, devendo, nessa hipótese, modificar imediatamente sua opinião no relatório de auditoria.

132. Considerando os conceitos de risco de auditoria, risco de distorção relevante, risco inerente, risco de controle e risco de detecção, de acordo com as normas de auditoria, é correto afirmar que

- a) o elevado grau de incerteza da estimativa caracteriza risco de controle, enquanto as deficiências nos controles internos caracterizam risco inerente, sendo ambos componentes do risco de detecção.
- b) o risco de auditoria corresponde ao risco de que as demonstrações contábeis apresentem distorção relevante antes da auditoria, sendo composto exclusivamente pelos riscos inerente e de controle.
- c) o risco de detecção decorre das características da entidade e de seu ambiente e, por essa razão, existe independentemente da auditoria, não podendo ser influenciado pela natureza, época e extensão dos procedimentos executados pelo auditor.
- d) o risco inerente corresponde à suscetibilidade de uma afirmação a uma distorção relevante antes da consideração de quaisquer controles relacionados, enquanto o risco de controle corresponde ao risco de que uma distorção relevante não seja prevenida, detectada e corrigida tempestivamente pelo controle interno da entidade.
- e) o risco de distorção relevante corresponde ao risco de que os procedimentos executados pelo auditor não detectem distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.

133. Durante a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Alfa S.A., o auditor responsável avaliou quais elementos deveriam integrar a documentação de auditoria. Nesse contexto, nos termos da NBC TA 230 (R1), é correto afirmar que

- a) os contratos e acordos significativos da entidade não podem integrar a documentação de auditoria, ainda que na forma de cópias ou resumos, uma vez que os registros da entidade devem permanecer integralmente separados dos papéis de trabalho do auditor.
- b) o auditor deve manter na documentação de auditoria todas as versões superadas dos papéis de trabalho e das demonstrações contábeis, inclusive notas que reflitam entendimento preliminar ou incompleto, pois a exclusão desses documentos compromete necessariamente a integridade do arquivo de auditoria.
- c) as explicações verbais fornecidas pelo auditor constituem, por si sós, documentação de auditoria adequada dos procedimentos executados e das conclusões alcançadas, desde que prestadas por profissional que tenha participado diretamente do trabalho.
- d) o auditor pode incluir resumos ou cópias de registros da entidade, como contratos e acordos significativos e específicos, na documentação de auditoria; não precisa incluir versões superadas, determinadas notas preliminares, cópias anteriores de documentos corrigidos ou duplicatas; e explicações verbais, embora possam esclarecer informações já documentadas, não constituem, por si sós, documentação adequada do trabalho executado ou das conclusões obtidas.
- e) a inclusão, na documentação de auditoria, de cópia de contrato relevante da entidade permite ao auditor dispensar a manutenção do respectivo registro contábil pela entidade, desde que a cópia seja considerada evidência de auditoria apropriada e suficiente.

134. o auditor independente obteve confirmação externa de determinado cliente indicando saldo de contas a receber significativamente inferior ao registrado pela entidade. Ao investigar a divergência, a administração apresentou relatórios internos e explicações que, além de não eliminarem a inconsistência, suscitaram dúvidas quanto à confiabilidade das informações utilizadas como evidência de auditoria.

Considerando as disposições das NBCs TA acerca da inconsistência ou de dúvidas quanto à confiabilidade da evidência de auditoria, o auditor deve

- a) priorizar a evidência proveniente de fonte externa e independente e desconsiderar os relatórios internos conflitantes, uma vez que a maior confiabilidade da confirmação externa dispensa procedimentos adicionais para solucionar a inconsistência.
- b) ampliar necessariamente o tamanho da amostra originalmente selecionada, pois a obtenção de maior quantidade de evidência constitui, por si só, resposta suficiente quando houver inconsistência entre fontes distintas.
- c) determinar quais modificações ou acréscimos aos procedimentos de auditoria são necessários para solucionar o assunto e considerar o efeito da inconsistência ou da dúvida quanto à confiabilidade, se houver, sobre outros aspectos da auditoria.
- d) solicitar representação formal da administração acerca da correção do saldo e, uma vez obtida essa declaração, considerá-la suficiente para superar as dúvidas quanto à confiabilidade das demais evidências.
- e) interromper os procedimentos relativos ao saldo controvertido e comunicar imediatamente a impossibilidade de obtenção de evidência apropriada e suficiente, devendo necessariamente emitir opinião modificada sobre as demonstrações contábeis.

135. Durante a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Alfa S.A., o auditor executou os seguintes procedimentos:

- I. Verificou novamente os cálculos de depreciação realizados pela entidade, conferindo a exatidão matemática dos valores registrados, mediante utilização de ferramenta eletrônica.
- II. Executou, de forma independente, o procedimento de conciliação bancária originalmente realizado mensalmente por empregado da entidade como parte de seus controles internos.
- III. Comparou a evolução das despesas com pessoal com o número médio de empregados e investigou variações significativas que se mostraram incompatíveis com as relações esperadas.
- IV. Solicitou, mediante perguntas formais e informais, esclarecimentos a empregados, administradores e terceiros que possuíam conhecimento acerca das operações examinadas, avaliando as respostas obtidas.

À luz das normas de auditoria relativas aos procedimentos para obtenção de evidência, os procedimentos descritos em I, II, III e IV correspondem, respectivamente, a

- a) reexecução, recálculo, indagação e procedimentos analíticos.
- b) recálculo, reexecução, procedimentos analíticos e indagação.
- c) recálculo, inspeção, procedimentos analíticos e confirmação externa.
- d) reexecução, recálculo, procedimentos analíticos e indagação.
- e) recálculo, reexecução, inspeção e indagação.

136. Durante os trabalhos da auditoria interna, foram executados os seguintes procedimentos:

I. exame de registros, documentos e determinados ativos tangíveis, com o objetivo de verificar a aplicação dos controles internos estabelecidos;

II. acompanhamento presencial, pelo auditor interno, do procedimento de conferência de mercadorias no momento em que era executado pelos funcionários responsáveis;

III. obtenção de informações junto a clientes e fornecedores conhecedores das transações realizadas pela entidade;

IV. realização de procedimentos destinados a obter evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema de informação.

Conforme as normas aplicáveis à Auditoria Interna, é correto afirmar:

- a) Os procedimentos descritos em I e II constituem testes substantivos, uma vez que inspeção e observação destinam-se primordialmente à validação dos dados produzidos pelos sistemas de informação.
- b) O procedimento descrito em III não pode integrar teste de observância, pois a investigação e confirmação, para essa finalidade, devem restringir-se a pessoas vinculadas à própria entidade auditada.
- c) Os procedimentos I, II e III correspondem, respectivamente, à inspeção, observação e investigação e confirmação, podendo ser utilizados na aplicação dos testes de observância; já o procedimento IV está relacionado aos testes substantivos.
- d) Os testes de observância destinam-se a obter evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação, enquanto os testes substantivos buscam razoável segurança quanto ao efetivo funcionamento dos controles internos.
- e) A observação consiste na verificação de registros, documentos e ativos tangíveis, enquanto a inspeção corresponde ao acompanhamento de

processo ou procedimento no momento de sua execução.

137. Considerando as disposições das NBCs TA relativas à amostragem de auditoria, é correto afirmar:

- a) A distinção entre amostragem estatística e não estatística é determinada principalmente pelo tamanho da amostra, de modo que amostras suficientemente grandes devem ser classificadas como estatísticas, ainda que os itens sejam selecionados com base no julgamento profissional.
- b) A escolha entre amostragem estatística e não estatística constitui questão de julgamento do auditor, não sendo o tamanho da amostra critério válido para distingui-las; além disso, quanto menor o risco de amostragem que o auditor estiver disposto a aceitar, maior deverá ser o tamanho da amostra.
- c) A escolha entre amostragem estatística e não estatística constitui questão de julgamento profissional; contudo, nas duas abordagens, a redução do risco de amostragem aceitável permite a redução proporcional do tamanho da amostra, em razão da maior precisão exigida pelo auditor.
- d) O tamanho da amostra não constitui critério válido para distinguir a abordagem estatística da não estatística, porém o nível de risco de amostragem aceitável não interfere na quantidade de itens selecionados, afetando exclusivamente a natureza dos procedimentos de auditoria.
- e) A abordagem estatística deve ser utilizada sempre que o auditor pretender reduzir o risco de amostragem a níveis baixos, uma vez que a abordagem não estatística não permite controlar adequadamente esse risco mediante o aumento do tamanho da amostra.

138. Considerando as normas de auditoria aplicáveis a essa situação, no relatório novo ou reemitido, o auditor independente deve

- a) limitar-se a substituir o relatório anteriormente emitido, sem fazer referência às demonstrações contábeis anteriores, uma vez que a nova emissão torna automaticamente sem efeito qualquer informação constante do relatório precedente.
- b) incluir necessariamente Parágrafo de Ênfase, independentemente da natureza das informações apresentadas nas demonstrações contábeis, descrevendo diretamente no relatório todos os ajustes realizados pela administração.
- c) incluir Parágrafo de Ênfase ou Parágrafo de Outros Assuntos, fazendo referência à nota explicativa das demonstrações contábeis que esclarece mais detalhadamente a razão da alteração das demonstrações anteriormente emitidas e do relatório anterior fornecido pelo auditor independente.
- d) modificar sua opinião sobre as demonstrações contábeis, uma vez que a alteração de demonstrações já emitidas caracteriza, por si só, distorção relevante que necessariamente conduz à emissão de opinião com ressalva ou adversa.
- e) incluir exclusivamente Parágrafo de Outros Assuntos, sem referência a nota explicativa, pois as razões que determinaram a alteração das demonstrações anteriormente emitidas constituem matéria externa às demonstrações contábeis.

139. Durante a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia Alfa, o auditor independente identificou uma questão complexa relacionada à mensuração de determinado ativo, cuja avaliação exigia conhecimento técnico especializado não pertencente à área de contabilidade ou auditoria. Para auxiliá-lo, o auditor contratou um especialista em avaliação. Após avaliar a competência, a capacidade e a objetividade do especialista e examinar a adequação de seu trabalho, o auditor concluiu que

as constatações e conclusões obtidas eram adequadas para os fins da auditoria.

Considerando as normas de auditoria aplicáveis à utilização do trabalho de especialista do auditor, é correto afirmar que

- a) a utilização do trabalho do especialista implica responsabilidade compartilhada pela opinião de auditoria, limitada, para o especialista, às matérias compreendidas em sua área de especialização.
- b) o auditor permanece como único responsável pela opinião de auditoria, não sendo essa responsabilidade reduzida pela utilização do trabalho do especialista; contudo, se concluir, após observar os requisitos normativos aplicáveis, que o trabalho do especialista é adequado para os fins da auditoria, poderá aceitar suas constatações ou conclusões como evidência de auditoria apropriada.
- c) o auditor permanece responsável pela opinião de auditoria, mas sua responsabilidade é parcialmente reduzida quando a matéria examinada exige conhecimento técnico que não pertence à área de contabilidade ou auditoria, desde que o especialista possua reconhecida competência profissional.
- d) as constatações e conclusões do especialista constituem, por sua própria natureza técnica, evidência de auditoria apropriada, dispensando o auditor de avaliar a adequação do trabalho realizado, desde que o especialista seja independente da entidade auditada.
- e) o auditor somente poderá utilizar as constatações ou conclusões do especialista como evidência de auditoria complementar, uma vez que o trabalho de especialista, ainda que considerado adequado, não pode constituir evidência de auditoria apropriada para fundamentar a opinião do auditor.

140. A unidade técnica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE AM selecionou três objetos distintos para exame:

I. Uma entidade pública será submetida à fiscalização de suas demonstrações contábeis. A equipe deverá obter evidência de auditoria suficiente e apropriada para fundamentar conclusão acerca de as informações financeiras estarem livres de distorções relevantes, independentemente de serem decorrentes de fraude ou erro, e de terem sido elaboradas em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

II. Em outra fiscalização, será examinado um programa governamental destinado à redução da evasão escolar. A equipe pretende analisar a relação entre os recursos consumidos e os produtos entregues, verificar em que medida os resultados pretendidos foram alcançados e identificar fatores que tenham comprometido o desempenho do programa, com vistas à proposição de medidas de aperfeiçoamento.

III. Por fim, a equipe examinará procedimentos de contratação realizados por uma autarquia, confrontando os atos praticados com a legislação, os regulamentos e outros critérios aplicáveis à atuação administrativa.

Considerando as normas de auditoria aplicáveis ao setor público, as fiscalizações descritas em I, II e III correspondem, respectivamente, às auditorias

- a) de conformidade, operacional e financeira, uma vez que a análise de demonstrações contábeis tem como finalidade primordial identificar fraudes e erros praticados pela entidade auditada.
- b) financeira, operacional e de conformidade, sendo compatível com a segunda modalidade a análise de aspectos relacionados à economicidade, eficiência e efetividade, bem como a formulação de recomendações destinadas ao aprimoramento do desempenho da gestão pública.
- c) financeira, de conformidade e operacional, pois a avaliação do alcance dos objetivos de programas governamentais caracteriza essencialmente exame

da aderência da atuação administrativa aos critérios normativos previamente estabelecidos.

- d) operacional, financeira e de conformidade, tendo em vista que a obtenção de evidência suficiente e apropriada sobre demonstrações financeiras constitui procedimento destinado, primordialmente, à avaliação da eficiência na utilização dos recursos públicos.
- e) financeira, operacional e de conformidade, ressaltando-se que, nesta última modalidade, os critérios de auditoria devem restringir-se às disposições contidas em leis e regulamentos, não abrangendo outros referenciais aplicáveis à atuação da entidade fiscalizada.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Silvio Sande

141. Um auditor deseja analisar a evolução do ativo imobilizado de uma sociedade empresária. Seu foco deve ser a análise

- a) dos índices de rentabilidade.
- b) dos índices de lucratividade.
- c) dos índices de liquidez.
- d) vertical.
- e) horizontal

142. Uma sociedade empresária apresentou indicador de liquidez corrente de 0,9, em 2020, e de 0,5, em 2021.

Assinale a opção que indica uma possível causa para a diminuição.

- a) Aumento de capital social em dinheiro.
- b) Compra à vista de ativo imobilizado.
- c) Pagamento antecipado de despesas de aluguel.
- d) Venda de ações em tesouraria por um valor acima do custo.
- e) Reconhecimento de salários a pagar.

143. Caso a empresa compre R\$ 5.000 em estoques à vista. Assinale a opção que indica o impacto dessa compra nos indicadores de liquidez da empresa.

- a) Diminuição na liquidez corrente e na liquidez geral.
- b) Diminuição na liquidez seca e na liquidez imediata.
- c) Diminuição na liquidez imediata e aumento na liquidez corrente.
- d) Diminuição na liquidez corrente e aumento na liquidez seca.
- e) Diminuição na liquidez imediata e aumento na liquidez geral.

144. Uma sociedade empresária apresentava os seguintes saldos, em 31/12/2021.

Receita de Venda: R\$ 2.000;

Receita com a venda de ativo imobilizado: R\$ 500;

Despesas administrativas: R\$ 500;

Baixa de ativo imobilizado: R\$ 300;

Custo das mercadorias vendidas: R\$ 1.200;

Provisão para imposto de renda e CSLL: R\$ 150.

A sociedade empresária realiza uma análise vertical, a fim de verificar sua estrutura de resultado.

Assinale a opção que indica a representação do resultado antes do IR e CSLL:

- a) 7,50%.
- b) 40,00%.
- c) 25,00%.
- d) 15,00%.
- e) 17,50%.

Observe o balanço patrimonial a seguir e responda as questões 145 e 146.

Ativo Circulante	R\$		Passivo Circulante	R\$
Bancos	500		Fornecedores	800
Duplicatas a Receber	1.000		Salários a pagar	700
Estoque	1.200		Empréstimos	500
Despesas Antecipadas	600			
Ativo Não Circulante			Passivo não Circulante	
Realizável a Longo Prazo	1.500		Financiamentos - longo Prazo	1.000
Investimentos	2.000		Patrimônio Líquido	
Imobilizado	2.200		Capital Social	6.000
Intangível	1.000		Reservas de lucro	1.000
Total Ativo	10.000		Total Passivo e PL	10.000

145. O Índice de Liquidez Seca é igual a

- a) 1,75
- b) 1,50
- c) 1,35
- d) 1,05
- e) 0,75

146. O índice de endividamento geral e o índice de liquidez geral são, respectivamente,

- a) 0,30
- b) 0,64
- c) 0,50
- d) 0,60

147. Na análise dos estoques de uma empresa, o Contador Kazuo recebeu apenas as seguintes informações:

- a empresa possui R\$ 500 de passivo não circulante;
- a empresa possui R\$ 500 de ativo não circulante (realizável a longo prazo);
- a empresa não possui despesas pagas antecipadamente.

Os índices de liquidez são os mostrados na tabela seguinte.

Índice	valor calculado
Geral	2,0
Corrente	4,0
Seca	2,8
Imediata	0,5

Nesse caso, o valor dos estoques da empresa será igual a

- a) R\$ 200.
- b) R\$ 250
- c) R\$ 280
- d) R\$ 300
- e) R\$ 350

148. A empresa Unicórnio Ltda apresentou, em 31/12/2019, Ativo Total de R\$ 500.000,00 e Patrimônio Líquido de R\$ 300.000,00. A empresa obteve um Índice de Liquidez Corrente de 1,6, e o grau de concentração do passivo no curto prazo era 40%. Com base unicamente nessas informações, podemos afirmar que o valor do Ativo Não Circulante, em 31/12/2019, era:

- a) R\$ 350.000,00
- b) R\$ 365.000,00
- c) R\$ 372.000,00
- d) R\$ 384.000,00
- e) R\$ 396.000,00

149. Ao analisarmos as demonstrações financeiras da empresa UCT S/A, percebemos que a relação entre as fontes de recursos é de 60%, pode-se concluir o endividamento geral dessa empresa será:

- a) 35,0%;
- b) 37,5%;
- c) 40,0%;
- d) 50,0%;
- e) 60,0%.

150. Ao analisar as demonstrações financeiras da empresa CTU S/A, o analista financeiro verificou que o grau de imobilização de capitais permanentes apresenta valor superior a 1,0. Com base na situação apresentada, julgue os itens abaixo:

- a) A Empresa está sendo utilizando financiando seus ativos fixos utilizando exclusivamente capital próprio.
- b) A empresa está utilizando recursos de terceiros para financiar seus ativos fixos sendo que esses recursos de terceiros são todos de longo prazo.
- c) a Empresa está utilizando recursos de terceiros de curto prazo para financiar seus ativos fixos.
- d) A empresa apresenta um índice de liquidez geral maior que um.
- e) A empresa apresenta um índice de liquidez geral igual a um.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA (ZONA FRANCA DE MANAUS)*Eduardo da Rocha*

151. Considere a aprovação da Emenda Constitucional número 132, que promoveu a reforma tributária sobre o consumo no Brasil, instituindo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e a LC 214/25. Com o objetivo de regulamentar e preservar o desenvolvimento socioeconômico da Região Norte, a nova sistemática constitucional dedicou regras específicas destinadas a manter o diferencial competitivo da Zona Franca de Manaus e das Áreas de Livre Comércio existentes em 31 de maio de 2023.

Nesse contexto, analise as afirmativas a seguir sobre o tratamento constitucional dispensado a essas regiões favorecidas:

- I. Como exceção à regra geral de que o Imposto sobre Bens e Serviços e a Contribuição sobre Bens e Serviços devem possuir as mesmas regras, admite-se que tais tributos apresentem regimes específicos, favorecidos e diferenciados de tributação e regras de creditamento distintos nas regiões da Zona Franca de Manaus e das Áreas de Livre Comércio.
- II. O Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas, a ser instituído por lei complementar, será constituído com recursos da União e gerido de forma exclusiva e autônoma pelo Estado do Amazonas, cabendo ao governo federal a fiscalização de sua aplicação.
- III. Os benefícios relativos ao IBS e à CBS assegurados à Zona Franca de Manaus e às Áreas de Livre Comércio existentes em 31 de maio de 2023 serão aplicáveis até o ano de 2073.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa I está correta.

152. O regime favorecido aplicável à Zona Franca de Manaus no âmbito do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) depende de uma precisa qualificação jurídica dos sujeitos e dos objetos envolvidos nas operações. A Lei Complementar 214/25 estabeleceu definições conceituais estritas para demarcar o alcance dos tratamentos favorecidos, distinguindo categorias como indústrias incentivadas, bens intermediários e bens finais.

Com base nas definições estabelecidas na referida Lei Complementar para o regime da Zona Franca de Manaus, assinale a alternativa correta:

- a) O produto destinado à embalagem por estabelecimentos comerciais varejistas enquadra-se na definição legal de bem intermediário para fins de fruição dos incentivos na Zona Franca de Manaus.
- b) Entende-se por bem final todo insumo sobre o qual se agrega valor no processo produtivo subsequente, desde que o seu destino final seja o consumo por famílias de baixa renda.
- c) Considera-se indústria incentivada qualquer pessoa jurídica que promova a industrialização de bens em Manaus.
- d) A classificação como indústria incentivada abrange todas as pessoas jurídicas autorizadas pela Suframa.
- e) Enquadra-se no conceito de bem intermediário o produto industrializado que seja destinado à incorporação ou ao consumo em processo de industrialização de outros bens, contanto que o estabelecimento destinatário imediato seja industrial.

153. O diretor tributário de uma grande rede de varejo, Ricardo, está estruturando novas operações de compras destinadas a filiais e parceiros comerciais localizados na Zona Franca de Manaus. Diante das mudanças trazidas pela Lei Complementar regulamentadora do IBS e da CBS (LC 214/25), ele precisa avaliar quais mercadorias poderão usufruir do regime favorecido de tributação e quais estão expressamente excluídas pela legislação.

Ricardo mapeou as seguintes operações planejadas:

Operação 1: Aquisição de automóveis de passageiros fabricados em São Paulo para integrar a frota de uma locadora de veículos sediada em Manaus.

Operação 2: Aquisição de perfumes produzidos no Rio de Janeiro, com destino exclusivo ao consumo interno de clientes residentes na Zona Franca de Manaus.

Operação 3: Aquisição de vinhos e licores produzidos no Rio Grande do Sul para abastecer um supermercado localizado em Manaus.

Com base nas regras de exclusão do regime favorecido da Zona Franca de Manaus, assinale a alternativa que indica quais dessas operações poderão usufruir do tratamento tributário favorecido:

- a) Apenas as operações 1 e 2 poderão usufruir do regime favorecido.
- b) Apenas a operação 2 poderá usufruir do regime favorecido.
- c) Apenas as operações 2 e 3 poderão usufruir do regime favorecido.
- d) Todas as operações poderão usufruir do regime favorecido, desde que o adquirente comprove habilitação perante a Suframa.
- e) Nenhuma das operações poderá usufruir do regime favorecido, uma vez que tais produtos são considerados de consumo supérfluo e possuem alíquotas majoradas.

154. Uma indústria de componentes eletrônicos devidamente habilitada e localizada na Zona Franca de Manaus planeja realizar a importação de máquinas industriais de última geração e ferramentas especializadas destinadas ao seu parque fabril. Para realizar o planejamento orçamentário e fiscal da operação, a equipe de conformidade tributária da empresa deve analisar as regras que regem a suspensão da incidência do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) na importação de bens materiais, bem como as condições para a posterior conversão desse benefício em isenção ou o seu eventual recolhimento por desvio de finalidade.

Considere as seguintes afirmativas sobre o tratamento tributário aplicável a essa operação de importação:

- I. Em relação aos bens incorporados ao ativo imobilizado, a suspensão da incidência do IBS e da CBS na importação converte-se em isenção após a depreciação integral do bem ou a permanência por quarenta e oito meses no ativo imobilizado do estabelecimento adquirente, o que ocorrer primeiro.
- II. A suspensão do IBS e da CBS não se aplica às importações de bens de uso e consumo pessoal, a menos que se demonstre a necessidade desses itens para o desenvolvimento da atividade da empresa vinculada ao projeto técnico-econômico aprovado.
- III. Se as máquinas importadas com suspensão tributária forem remetidas para fora da Zona Franca de Manaus antes de completadas as condições para a isenção, o importador deverá recolher os tributos suspensos com os acréscimos legais cabíveis, sendo-lhe permitida a apropriação e a utilização de créditos sobre todos os valores efetivamente pagos, incluindo as multas e demais acréscimos legais.

Assinale a alternativa correta, de acordo com a LC 214/25:

- a) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Todas as afirmativas estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa II está correta.

155. A sociedade empresária Comercial Rio Negro Ltda., estabelecida em Manaus e devidamente habilitada perante a Suframa, realiza a importação de um lote de relógios de pulso de origem estrangeira com o objetivo específico de efetuar a revenda presencial em seu estabelecimento comercial na Zona Franca de Manaus. Diante do novo regime tributário do IBS e da CBS, a gerência fiscal da empresa busca compreender quais incentivos relativos à importação para fins de comercialização estão assegurados pela legislação complementar.

Considerando as regras aplicáveis ao crédito presumido na importação para revenda presencial previstas na LC 214/25, assinale a alternativa que indica o correto tratamento tributário da operação:

- a) A Comercial Rio Negro Ltda. fará jus a um crédito presumido correspondente a cinquenta por cento da alíquota do IBS aplicável na importação, devendo deduzi-lo do valor do IBS devido na entrada do bem, inexistindo previsão de benefício semelhante para a CBS na referida operação.
- b) A empresa terá direito a um crédito presumido de cinquenta por cento incidente sobre o somatório das alíquotas do IBS e da CBS devidos na importação, deduzindo-se o montante de ambos os tributos na alfândega.
- c) O benefício do crédito presumido de cinquenta por cento da alíquota do IBS e da CBS aplica-se exclusivamente se a Comercial Rio Negro Ltda. for optante pelo regime regular de apuração, restando vedado o seu aproveitamento caso a empresa seja optante pelo Simples Nacional.

- d) Por se tratar de importação destinada ao comércio de revenda na Zona Franca de Manaus, incide a suspensão integral do IBS e da CBS na entrada do bem, convertendo-se em isenção após a efetiva realização da venda presencial no estabelecimento.
- e) A Comercial Rio Negro Ltda. terá direito a um crédito presumido de sessenta por cento sobre o valor da operação destacado no documento fiscal, tanto para o IBS quanto para a CBS, vedado o aproveitamento de qualquer outro crédito na etapa subsequente.

156. A entrada de mercadorias nacionais na Zona Franca de Manaus e as operações interestaduais correlatas demandam uma análise rigorosa do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). A Lei Complementar 214/25 estabeleceu regras específicas que vão desde a redução de alíquotas na origem até exigências de recolhimento na entrada do estado de destino, a depender da qualificação do adquirente e da destinação dos bens.

Considere as afirmativas a seguir sobre a sistemática do IBS e da CBS nessas operações:

- I. Ressalvadas as hipóteses expressamente excluídas pela legislação, as operações que destinem bens materiais industrializados de origem nacional a contribuintes estabelecidos na Zona Franca de Manaus, devidamente habilitados, têm as alíquotas do IBS e da CBS reduzidas a zero, sendo esse tratamento aplicável tanto quando o destinatário estiver sujeito ao regime regular quanto quando for optante pelo Simples Nacional.
- II. O IBS incidirá sobre a entrada, no estado do Amazonas, de bens materiais nacionais que tenham sido adquiridos com alíquota zero na origem, sendo essa cobrança aplicável inclusive quando os bens forem destinados a indústrias incentivadas para utilização na Zona Franca de Manaus.
- III. Nas hipóteses em que for devido o IBS na entrada do estado do Amazonas sobre bens contemplados com alíquota zero na origem, o imposto será cobrado mediante a aplicação de alíquota correspondente a setenta por cento da alíquota que incidiria na respectiva operação caso não houvesse o benefício.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa I está correta.

157. Uma indústria de eletrodomésticos, optante pelo regime regular de apuração e habilitada perante a Suframa, está instalada no Polo Industrial de Manaus (ZFM). No desenvolvimento de suas atividades, a empresa adquire componentes elétricos nacionais produzidos no estado do Rio Grande do Sul e caixas de papelão para embalagem industrial produzidas no estado da Bahia, ambas as operações amparadas pela redução a zero da alíquota do IBS na operação destinada à ZFM. A equipe de contabilidade estuda a aplicação das regras de crédito presumido do IBS sobre essas aquisições de insumos.

Analise as seguintes afirmativas sobre as regras que disciplinam esse crédito presumido de IBS na LC 214/25:

- I. O crédito presumido de IBS aplica-se sobre o valor da operação contemplada pela redução a zero de bens materiais nacionais, sendo calculado com percentuais diferenciados de acordo com a região de origem, correspondendo a sete inteiros e cinco décimos por cento para bens do Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo), e treze inteiros e cinco décimos por cento para bens do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo.
- II. O benefício do crédito presumido estende-se de forma simétrica à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), aplicando-se os mesmos percentuais regionalizados sobre a parcela do tributo federal decorrente das aquisições interestaduais.
- III. Caso os insumos adquiridos pela indústria venham a ser posteriormente revendidos ou transferidos para fora da Zona Franca de Manaus, o crédito presumido de IBS apropriado deverá ser estornado, hipótese em que não serão exigidos acréscimos legais sobre o valor estornado, desde que o estorno seja efetuado de forma tempestiva.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa I está correta.

158. Uma sociedade empresária está estruturando a implantação de um novo projeto industrial na Zona Franca de Manaus para a fabricação de produtos de alta tecnologia. Ao consultar a LC 214/25 que regulamenta a reforma tributária do IBS e da CBS, a diretoria de planejamento estratégico analisa as regras específicas sobre a redução a zero das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a concessão de incentivos para novas produções na região, distinguindo-as entre bens com similar nacional e bens de tecnologia da informação e comunicação.

Considerando as regras que disciplinam a transição do IPI e os incentivos para a instalação de novas produções na Zona Franca de Manaus, assinale a alternativa correta:

- a) As mercadorias classificadas como bens de tecnologia da informação e comunicação fazem jus à redução a zero da alíquota do IPI a partir de 1º de janeiro de 2027, desde que seu projeto técnico-econômico tenha sido aprovado no período legal.
- b) Na hipótese de adoção do tratamento relativo ao IPI para novos bens sem similar nacional cuja produção venha a ser instalada na Zona Franca de Manaus, a alíquota será de, no mínimo, 6,5%, podendo o chefe do Poder Executivo da União majorá-la em até trinta pontos percentuais, observado que eventual redução deverá ocorrer de forma gradual, limitada a 5% por ano.
- c) Caso venha a ser instalada na Zona Franca de Manaus a produção de bens que possuam similar nacional, ficam assegurados todos os incentivos tributários previstos na lei complementar, incluindo a apuração do crédito presumido de CBS e a fixação da alíquota mínima protetiva de IPI.
- d) A redução a zero das alíquotas do IPI a partir de 1º de janeiro de 2027 aplica-se a todos os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus.
- e) O restabelecimento da alíquota de IPI para bens novos sem similar nacional cuja produção se instale na região de Manaus poderá ocorrer a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, sendo dispensada a observância de qualquer prazo mínimo de permanência da alíquota fixada anteriormente.

159. A sociedade empresária Eletro-Norte S.A., indústria de grande porte devidamente habilitada e instalada em uma Área de Livre Comércio, fabrica móveis fabricados com madeira de origem regional e licores finos de frutas regionais em estrita conformidade com o seu projeto econômico aprovado. No desenvolvimento regular de suas atividades, a indústria realiza a venda e a remessa de lotes de ambos os produtos para a sociedade empresária Sudeste Distribuidora Ltda., localizada no estado do Rio de Janeiro. Ambas as pessoas jurídicas são contribuintes sujeitos ao regime regular do IBS e da CBS.

Considerando o tratamento tributário aplicável às saídas dessas mercadorias com destino ao território nacional fora da área incentivada, assinale a alternativa que indica o correto direito ao crédito presumido pela vendedora e ao creditamento pelo adquirente, nos termos da LC 214/25:

- a) A Eletro-Norte S.A. fará jus ao crédito presumido de CBS calculado mediante a aplicação do percentual de seis por cento sobre o valor da venda dos móveis fabricados com madeira de origem regional, restando vedado o benefício em relação aos licores finos, sendo assegurada à Sudeste Distribuidora Ltda. a apropriação integral dos créditos de CBS pelo valor incidente na operação.
- b) O benefício do crédito presumido de seis por cento aplica-se ao IBS e à CBS sobre o valor total da operação de venda de ambas as mercadorias, devendo a Sudeste Distribuidora Ltda. limitar o seu direito de crédito ao montante de imposto efetivamente recolhido pela indústria após o abatimento do incentivo.
- c) Por se tratar de produtos fabricados de acordo com projeto econômico aprovado, a Eletro-Norte S.A. poderá apropriar o crédito presumido de CBS de seis por cento tanto para a venda dos móveis fabricados com madeira de origem regional quanto para a de licores finos, mesmo se a operação de saída for realizada sob o regime de suspensão ou alíquota zero.

- d) A Eletro-Norte S.A. terá direito a um crédito presumido de IBS e CBS calculado à alíquota unificada de doze por cento sobre a venda de móveis fabricados com madeira de origem regional, cabendo à Sudeste Distribuidora Ltda. o estorno proporcional dos créditos caso as mercadorias sejam revendidas para o exterior.
- e) O crédito presumido de CBS de seis por cento será integralmente repassado à Sudeste Distribuidora Ltda. no documento fiscal de saída, restando a indústria vendedora obrigada a recolher o IBS de entrada no estado de destino calculado sobre o valor agregado no processo industrial.

160. A concessão de créditos presumidos e de regimes favorecidos de tributação para as Áreas de Livre Comércio no âmbito da reforma tributária do IBS e da CBS é acompanhada de severas restrições financeiras e operacionais para os contribuintes beneficiários. A Lei Complementar 214/25 estabeleceu regras rígidas sobre as formas de compensação desses créditos, os prazos de extinção do direito e o impacto macroeconômico decorrente dessas desonerações no restante do território nacional.

Considere as afirmativas a seguir sobre a disciplina legal desses créditos presumidos das Áreas de Livre Comércio:

- I. Os créditos presumidos de IBS e de CBS concedidos em razão das atividades nas Áreas de Livre Comércio somente poderão ser utilizados para compensação com débitos dos respectivos tributos devidos pelo próprio contribuinte, sendo vedada a compensação com outros tributos e o ressarcimento em dinheiro.
- II. O direito à utilização dos referidos créditos presumidos extingue-se no prazo de cinco anos, cuja contagem se inicia a partir do primeiro dia do mês subsequente àquele em que ocorrer a sua regular apropriação.
- III. Os efeitos da perda de arrecadação do IBS e da CBS em razão desses incentivos e créditos presumidos regionais devem ser totalmente neutralizados, sendo expressamente vedado considerá-los no momento da fixação das alíquotas de referência de tais tributos no país.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Todas as afirmativas estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa II está correta.
- e) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.

Peça Prática

Um Auditor Fiscal de Tributos Municipais da Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno (SEMEF) de Manaus, no exercício de suas atribuições de fiscalização tributária e constituição do crédito fiscal, realiza procedimento ordinário voltado a homologar os lançamentos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). No decorrer dos trabalhos de auditoria, relativos ao período de apuração de agosto de 2026, o fiscal deparou-se com quatro situações que ensejaram divergências entre os sujeitos passivos e o fisco municipal:

1. **Caso "ArrendaMais":** A sociedade empresária recolheu o imposto referente ao serviço de arrendamento mercantil (*leasing* - subitem 15.09 da lista de serviços) tomando como critério espacial o local do estabelecimento prestador de Manaus. Todavia, a equipe de fiscalização constatou que o art. 3º, inciso XXV, da Lei Municipal nº 2.833/2021 estabelece expressamente que o ISS, nesse subitem, é devido no domicílio do tomador do serviço. A fiscalização municipal, contudo, não realizou lançamento substitutivo, com esteio nas disposições do novo Regulamento do ISS (Decreto Municipal nº 6.844, de 20 de julho de 2026).
2. **Caso "InstalaFácil":** A referida empresa celebrou contrato com uma autarquia municipal para a realização de montagem e instalação de aparelhos industriais de ar-condicionado na nova sede administrativa do órgão. Os aparelhos foram adquiridos pela autarquia diretamente do fabricante, cabendo à contratada apenas o serviço de montagem e instalação. Para a execução do serviço, a empresa utilizou pequenos insumos próprios de fixação (parafusos, suportes e fiação). A empresa não recolheu o ISS sobre o valor contratado, argumentando que a atividade, por envolver o emprego de materiais próprios em instalação industrial, sujeita-se exclusivamente à incidência do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).
3. **Caso "Rio Negro Navegação":** A sociedade empresária prestou serviços de reparo, manutenção e conservação de embarcações turísticas, executados integralmente sobre as águas fluviais do Rio Negro, no limite territorial do Município de Manaus. A empresa insurgiu-se contra a cobrança do ISS municipal, alegando que a Lei Complementar nacional nº 116/2003, no seu art. 3º, § 3º, prevê a tributação de serviços executados em "águas marítimas", não havendo previsão na norma geral para a incidência territorial sobre "águas fluviais".
4. **Caso "LocaEleetro":** A empresa firmou contrato complexo com a administração municipal para a locação de geradores móveis de energia elétrica, incluindo, de forma unificada e sem segregação de valores no instrumento contratual, a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção preventiva periódica dos equipamentos. Diante da ausência de divisão dos preços, a fiscalização municipal efetuou o lançamento do ISS sobre o valor total do contrato, justificando que a indissociabilidade das obrigações impede a desoneração de qualquer parcela.

Com base na situação hipotética, redija um **PARECER** que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

1. **Tópico 1:** A constitucionalidade e a aplicação do critério espacial do imposto no tocante ao serviço de arrendamento mercantil, considerando o aparente conflito entre a lei municipal e o regulamento local vigente.

2. **Tópico 2:** O enquadramento tributário do serviço de instalação e montagem de equipamentos executado pela empresa contratada, com indicação expressa sobre a incidência do imposto municipal ou do tributo estadual.
3. **Tópico 3:** A incidência tributária sobre os serviços executados em águas fluviais, indicando a competência territorial e a validade da especificação geográfica da legislação de Manaus frente à norma geral nacional.
4. **Tópico 4:** A possibilidade de tributação pelo imposto sobre serviços na cessão de bens móveis acompanhada de prestação de serviços, indicando as repercussões da segregação ou unificação contratual desses fatos à luz da jurisprudência dos tribunais superiores e do regulamento municipal.

Resposta em até 60 linhas

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Questão Dissertativa 1

As limitações ao poder de tributar previstas na Constituição Federal de 1988 e os conceitos dispostos no Código Tributário Nacional delimitam as fronteiras da atuação estatal. Compreender as distinções entre os institutos desonerativos e suas repercussões nas obrigações fiscais é crucial.

Considerando o tema tratado no texto acima, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

1. Diferencie, sob o aspecto conceitual, da competência e do fato gerador, a imunidade tributária e a isenção de impostos.
2. Discorra sobre a incidência ou dispensa das obrigações acessórias em relação aos entes que gozam do benefício da imunidade de impostos.
3. Explique as alterações e as extensões trazidas pela Emenda Constitucional nº 132 de **2023** no tocante ao alcance das imunidades previstas no artigo 150, inciso VI, da Constituição Federal.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	

Questão Dissertativa 2

A disciplina das sociedades não personificadas no Código Civil de 2002 impõe um regime de severa responsabilização patrimonial aos sócios. Diante da ausência de registro civil ou mercantil, cumpre analisar os efeitos da irregularidade no plano probatório, patrimonial e societário supletivo.

Considerando o tema tratado no texto acima, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

1. Explique como se processa a prova da existência da sociedade em comum, distinguindo as regras aplicáveis às relações entre os sócios daquelas destinadas às relações com terceiros.
2. Discorra sobre a caracterização jurídica do acervo patrimonial desse ente despersonificado e explique a responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais, destacando a incidência do benefício de ordem.
3. Identifique o tipo societário cujas normas se aplicam de forma subsidiária à sociedade em comum, indicando a compatibilidade dessas regras com a ausência de personalidade jurídica.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	

Questão Dissertativa 3

As limitações ao poder de tributar e o uso de ferramentas tecnológicas andam lado a lado na fiscalização moderna. A compreensão da linguagem SQL (Structured Query Language) e de suas sublinguagens estruturais é imperativa para auditores no exame de grandes volumes de informações fiscais.

Considerando o tema tratado no texto acima, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

1. Explique a natureza declarativa da linguagem SQL, contrastando-a com o paradigma procedural de programação, e indique a importância da padronização internacional promovida pelo padrão ANSI.
2. Distinga as funções das sublinguagens DDL e DML, estabelecendo o confronto operacional entre as instruções TRUNCATE TABLE, DROP TABLE e DELETE FROM quanto ao impacto na estrutura e no log de transações.
3. Discorra sobre a importância da sublinguagem TCL para a consistência dos dados, explicando o funcionamento dos comandos de confirmação e reversão no contexto das propriedades transacionais.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>